

# RELATÓRIO ANUAL 2013



**FUNEPP**  
FUNDAÇÃO NESTLÉ DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

# OS DESAFIOS DE 2013 E AS NOVAS POSSIBILIDADES DE 2014

O ano de 2013 foi marcado por um ano binário em investimentos, onde tivemos uma grande volatilidade, tanto na rentabilidade de renda fixa quanto na de renda variável. O quadro é reflexo de uma conjuntura econômica desfavorável, principalmente em função da abertura de juros, agravado por fenômenos externos e internos.


Embora 2013 tenha sido um ano desafiador, a FUNEPP acumula ótimos resultados nos últimos dez anos e está confiante que colheremos muitos frutos das ações implementadas no final de 2013. Destaque em especial para diversificação de investimentos com plano de alocação de 10% de recursos em fundos estruturados, assim como aumento de alocação em títulos públicos de longo prazo.

Com relação aos aspectos de Governança o ano trouxe muitas novidades legais para as entidades de previdência privada. Tivemos alterações nos limites de taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano FUNEPP, novas instruções de equalização de déficit, comunicação, estudos atuariais

e recomendações importantes da última fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc referente a boas práticas de Governance. Apesar do curto tempo para atender a todas as demandas, conseguimos adaptar nossos processos e garantir compliance em nossas atividades.

Uma reflexão importante em 2013 foi a avaliação do nosso modelo de Governance. Hoje, somos o 6º maior fundo de pensão em total de ativos e o 2º maior em número de participantes do grupo Nestlé. Além do tamanho da nossa operação, temos uma nova realidade de mercado no Brasil, que exige uma profissionalização maior. Passamos também a atender a um novo perfil dos órgãos competentes muito mais regulador.

Mediante as novas demandas e com o objetivo de nos adaptar as complexidades de nossos Planos, iniciamos em 2013 um processo de reestruturação da FUNEPP que contará com uma nova Gerência de Investimentos, totalmente focada na alavancagem da nossa performance. Também teremos novas



contratações na parte previdenciária para  
profissionalizarmos a gestão de nossos Planos.

Finalmente, conduzimos ao longo de 2013 um  
trabalho para atender a todas as recomendações  
dos órgãos competentes referente aos Novos Planos  
FUNEP. Apesar do longo processo, acreditamos que  
a aprovação do Plano PAP II está próxima e factível  
de acontecer no segundo semestre de 2014. A boa  
notícia é que o Plano PAN foi aprovado em janeiro  
de 2014 e em breve estará disponível para novos  
colaboradores.

Este Relatório Anual permite que você acompanhe  
de perto os resultados de 2013 dos seus planos de  
aposentadoria e da FUNEP.

Você também pode acessar a versão resumida do  
Relatório Anual 2013 no site: [www.funep.com.br](http://www.funep.com.br)

**Desejamos-lhes uma ótima leitura e  
um 2014 de “Novas Possibilidades”!**

**Diretoria Executiva**

# FATOS RELEVANTES 2013

## NOVOS PLANOS

Em 2013 a FUNEPP iniciou um marco importante para a entidade com a modernização dos Planos de previdenciária existentes. O objetivo, com essa iniciativa, é modernizar o benefício de Previdência Privada oferecido pela Nestlé, adotando as melhores práticas observadas no mercado, bem como oferecer novas opções para a gestão de seu benefício previdenciário.

Assim em fevereiro de 2013 foi submetida à PREVIC a proposta de criação de dois novos Planos PAP II e PAN. Um deles é o PAP II, que estará disponível para o participante atual PAP, com a opção de migração voluntária, e o PAN, com condições especiais para novos colaboradores.

Durante o ano de 2013 a FUNEPP atendeu a vários questionamentos e acatou muitas das recomendações dos órgãos competentes.

Em janeiro de 2014 foi aprovado o Plano PAN que estará acessível aos participantes no final do segundo semestre deste ano.

O Plano PAP II ainda está em análise e a previsão é que seja aprovado no segundo semestre de 2014.

## REFORÇOS NCA (NESTLE CAPITAL ADVISOR) NA ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTOS FUNEPP

Em 2013 a FUNEPP recebeu a visita do Sr. Vicent Schwery que esteve em missão de entender o “mercado Brasil”, avaliar diversificações de investimentos no exterior e compartilhar expertise. Como resultado desta parceria iniciou-se diversificação em Fundos S&P 500.

Também tivemos a equipe de Risk Management no Brasil, que nos ajudou a realizar processo de avaliação de consultorias de risco no Brasil. Através deste trabalho foi possível aumentar a qualidade de seleção e iniciarmos novas parcerias em 2014.

## FISCALIZAÇÃO PREVIC

Em maio de 2013, a FUNEPP passou por um processo de fiscalização pela PREVIC, onde as principais recomendações do órgão contemplaram a revisão da taxa máxima real de juros para avaliação atuarial, ajustes na metodologia de gerenciamento de risco, elaboração de manuais de procedimentos internos e implementação de Código de Ética específico para a entidade.

## MUDANÇAS DE PREMISSAS ATUARIAIS

Foram realizados estudos técnicos para avaliar a aderência das premissas atuariais aplicadas no passivo. Importantes alterações foram movidas tais como a alteração de taxa de desconto de 6% para 5,75%, constituição de provisão para o direito da Garantia Mínima e alteração do método de capitalização dos benefícios definidos.

## OBJETIVOS PARA 2014

### COMPLIANCE

- Adequação da plataforma atual de sistema de monitoramento de risco e matriz
- Redução de Riscos através de melhorias de processo / automatizações

### GOVERNANCE

- Reestruturação do modelo atual de Governance para atender novas demanda da entidade
- Melhorar gestão cadastral de dados críticos

### PERFORMANCE

- Avançar com potenciais diversificações de investimentos
- Maximizar gestão terceirizada
- Implementação de Novos Planos



# SUMÁRIO

1. MENSAGEM DA DIRETORIA	2
2. FATOS RELEVANTES 2013	4
3. GLOSSÁRIO DE DOCUMENTOS	8
4. COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS	12
5. NÚMEROS DA ENTIDADE	14
6. FUNDO DE PENSÃO, ESTRATÉGIA A LONGO PRAZO	24
7. INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	26
8. RESUMO DOS DEMONSTRATIVOS DE INVESTIMENTOS	28
9. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	32
9.1 BALANÇO PATRIMONIAL	33
9.2 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL	34
9.3 DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	35
9.4 DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PLANO PAP	36
9.5 DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PLANO FUNDAMENTAL	37
9.6 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO PAP	38
9.7 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO FUNDAMENTAL	39
9.8 DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO PAP	40
9.9 DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO FUNDAMENTAL	41
9.10 DEMONSTRAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO PAP	42
9.11 DEMONSTRAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO FUNDAMENTAL	43
10. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	44
11. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	64
12. PARECER ATUARIAL – PLANO PAP	68
13. PARECER ATUARIAL – PLANO FUNDAMENTAL	82
14. PARECER DO CONSELHO FISCAL	94
15. ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO	96



# **GLOSSÁRIO DE DOCUMENTOS**



## **ATA DO CONSELHO DELIBERATIVO**

Ata da reunião do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza os assuntos tratados em determinada reunião. Especificamente neste caso, a ata do conselho demonstra que seus membros estão cientes das demonstrações apresentadas e que aprovam seu conteúdo. Se necessário, podem constar da ata informações adicionais que sejam consideradas necessárias para sua liberação. O Conselho Deliberativo é responsável pelo controle, deliberação e orientação administrativa da Entidade e por determinadas ações, tais como: aprovação dos cálculos atuariais, das demonstrações contábeis e dos planos de custeio da entidade e definição da política de investimentos, dentre outras.

## **BALANÇO PATRIMONIAL**

Balanço patrimonial é o documento que apresenta a posição do patrimônio da Entidade em determinada data (normalmente em 31 de dezembro) e sempre comparando-o ao resultado do ano anterior. É composto pelo Ativo, que representa o conjunto dos bens e direitos da Entidade (aplicação dos recursos), e pelo Passivo, que representa as obrigações da entidade (origem dos recursos).

## **DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL)**

Demonstração da mutação do ativo líquido é o documento contábil elaborado para evidenciar em um determinado período (normalmente a data do balanço patrimonial), de forma consolidada e também por plano de benefícios, a movimentação (entradas e saídas) das contas que compõem o ativo líquido da Entidade.

## **DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO (DOAP)**

Demonstração das obrigações atuariais do plano de benefícios é o documento destinado a apresentar, de forma analítica, as alterações realizadas nas provisões matemáticas e no equilíbrio técnico que influenciarão diretamente o patrimônio de cobertura do plano.

## **DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL)**

Demonstração do ativo líquido é o documento contábil que apresenta a posição financeira das contas patrimoniais que compõem o ativo líquido e também o patrimônio social. Este documento deve ser elaborado e apresentado por plano de benefícios e a sua data base deve acompanhar a data em que está posicionado o balanço patrimonial.

## **DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA)**

Demonstração do plano de gestão administrativa é o documento que demonstra a movimentação realizada nas contas administrativas da Entidade, apresentando, de forma clara e objetiva, todas as alterações que influenciaram o resultado do fundo administrativo.

## DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

O demonstrativo de investimentos é o documento elaborado e enviado trimestralmente para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, que apresenta o valor dos investimentos dos planos de benefícios administrados pela Entidade por segmento (renda fixa e variável), a distribuição e alocação dos recursos, os limites de alocação atual versus o que foi definido pela política de investimentos e os limites definidos na legislação vigente. Apresenta também a rentabilidade dos investimentos por segmento, a diferença entre a rentabilidade do segmento e a sua meta atuarial, os custos de gestão dos recursos e as modalidades de aplicação.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Notas explicativas às demonstrações contábeis é o documento que identifica a criação e evolução dos planos de benefícios administrados pela Entidade e, além de resumir as principais práticas contábeis utilizadas, descreve os critérios adotados na apropriação das entradas e saídas e na avaliação dos elementos patrimoniais.

## PARECER ATUARIAL

Parecer atuarial é o resultado de um estudo técnico (avaliação atuarial) realizado anualmente nos planos de benefícios administrados pela Entidade. Este documento é elaborado e assinado por um atuário (profissional especializado em previdência) e deve trazer todas as informações pertinentes ao estudo realizado, como os principais resultados, as hipóteses utilizadas e, principalmente, a conclusão do atuário em relação ao estudo. As informações estatísticas

e financeiras dos planos e suas respectivas regras regulamentares também são fundamentais para o estudo, que tem como objetivo principal avaliar a saúde financeira dos planos e determinar os custos que serão praticados no ano seguinte.

## PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

Parecer do Auditor é o documento resultante da auditoria realizada anualmente na Entidade. O parecer do auditor é elaborado e assinado por um contador e deve expressar a opinião deste em relação às demonstrações contábeis e, principalmente, se as referidas demonstrações refletem a realidade e se estão de acordo com a legislação e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Parecer da reunião do Conselho Fiscal é o documento que apresenta a opinião do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras, fazendo constar todas as informações complementares que julgarem necessárias. O conselho fiscal, além de ser responsável pela fiscalização da Entidade, deve zelar pela sua gestão econômico-financeira e também responder por algumas ações, destacando-se dentre as principais: examinar demonstrações financeiras, livros e documentos da Entidade, acusar as irregularidades e sugerir medidas saneadoras, elaborar o relatório de controles internos do Conselho Fiscal.

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A política de investimentos é o documento que estabelece as regras e condições para a aplicação dos recursos dos planos de benefícios administrados pela Entidade no mercado financeiro. Desenvolvida com base no grau de tolerância a risco e objetivos de investimentos de longo prazo, a finalidade da política de investimentos é garantir uma gestão prudente e eficiente, visando a manutenção do equilíbrio entre seus ativos (aplicações financeiras) e passivo (dívidas).



# **COMPOSIÇÃO** **DOS CONSELHOS**



## CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE	JUAN CARLOS MARROQUIN CUESTA
REPRESENTANTE DOS PARTICIPANTES	JOSE FLAVIO AROUCHE DE SOUZA
REPRESENTANTE DOS ASSISTIDOS	CELIO VERGILIO PICCOLI
MEMBRO	MARTIN HUBER
MEMBRO	JOAO BATISTA F. DORNELLAS
MEMBRO	WESTERMANN FERREIRA GERALDES

## CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE	LILIANE YOUNAN SAIANI
REPRESENTANTE DOS PARTICIPANTES	FLAVIO RANIERI ORTIGOSA
REPRESENTANTE DOS ASSISTIDOS	LUIZ AUGUSTO CRIADO
REPRESENTANTE DAS PATROCINADORAS	RICARDO DE TOLEDO PEREIRA

## DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE	MARCOS BACCARIN
DIRETORA ADMINISTRATIVA	ODETE DE PAULA RAMOS
DIRETOR FINANCEIRO	RENATO MUNARI CARDOSO LEITE
DIRETOR DE CONTROLE DE INVESTIMENTOS	NILCEU MORAES BARBOSA DA SILVA

## COMITÊ DE INVESTIMENTOS

PRESIDENTE	FRANKLIN OLIVEIRA
MEMBRO	GRAZIELA LIMA
MEMBRO	LEANDRO JARDIM
MEMBRO	DIEGO PELLOSO



# **NÚMEROS DA ENTIDADE**

<b>1. PERFIL DOS PARTICIPANTES</b>	PÁG. 16
<b>2. RENTABILIDADE MENSAL</b>	PÁG. 17
<b>3. RENTABILIDADE ACUMULADA</b>	PÁG. 18
<b>4. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO</b>	PÁG. 20
<b>5. DESPESAS DA ENTIDADE</b>	PÁG. 22

# PERFIL DOS PARTICIPANTES

Em dezembro de 2013 a FUNEPP contava com **11.902** participantes no **PAP** e **18.880** no **Plano Fundamental**. Veja, no gráfico, a distribuição por tipo de participação.

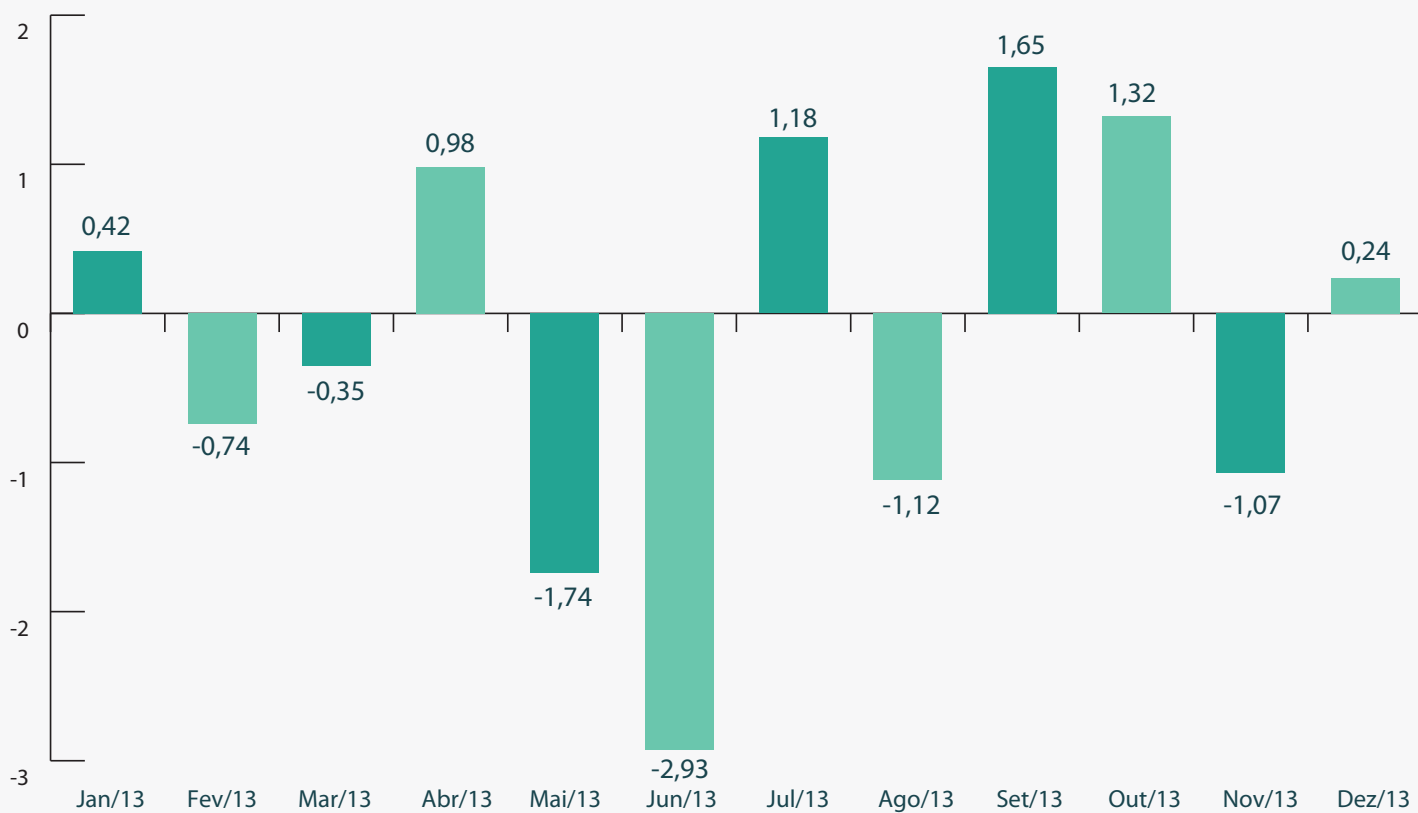
Para o seu entendimento, esclarecemos que participantes ativos representam os atuais empregados das empresas patrocinadoras e os empregados que se desligaram da empresa e continuam participando do plano, realizando as suas contribuições e as contribuições da patrocinadora. Os assistidos são os participantes ou beneficiários que recebem benefício pelo plano.

	PLANO PAP	PLANO FUNDAMENTAL
<b>PARTICIPANTES ATIVOS</b>	<b>11.021</b>	<b>17.864</b>
<b>PARTICIPANTES ASSISTIDOS</b>	<b>881</b>	<b>1.016</b>
	<b>11.902</b>	<b>18.880</b>



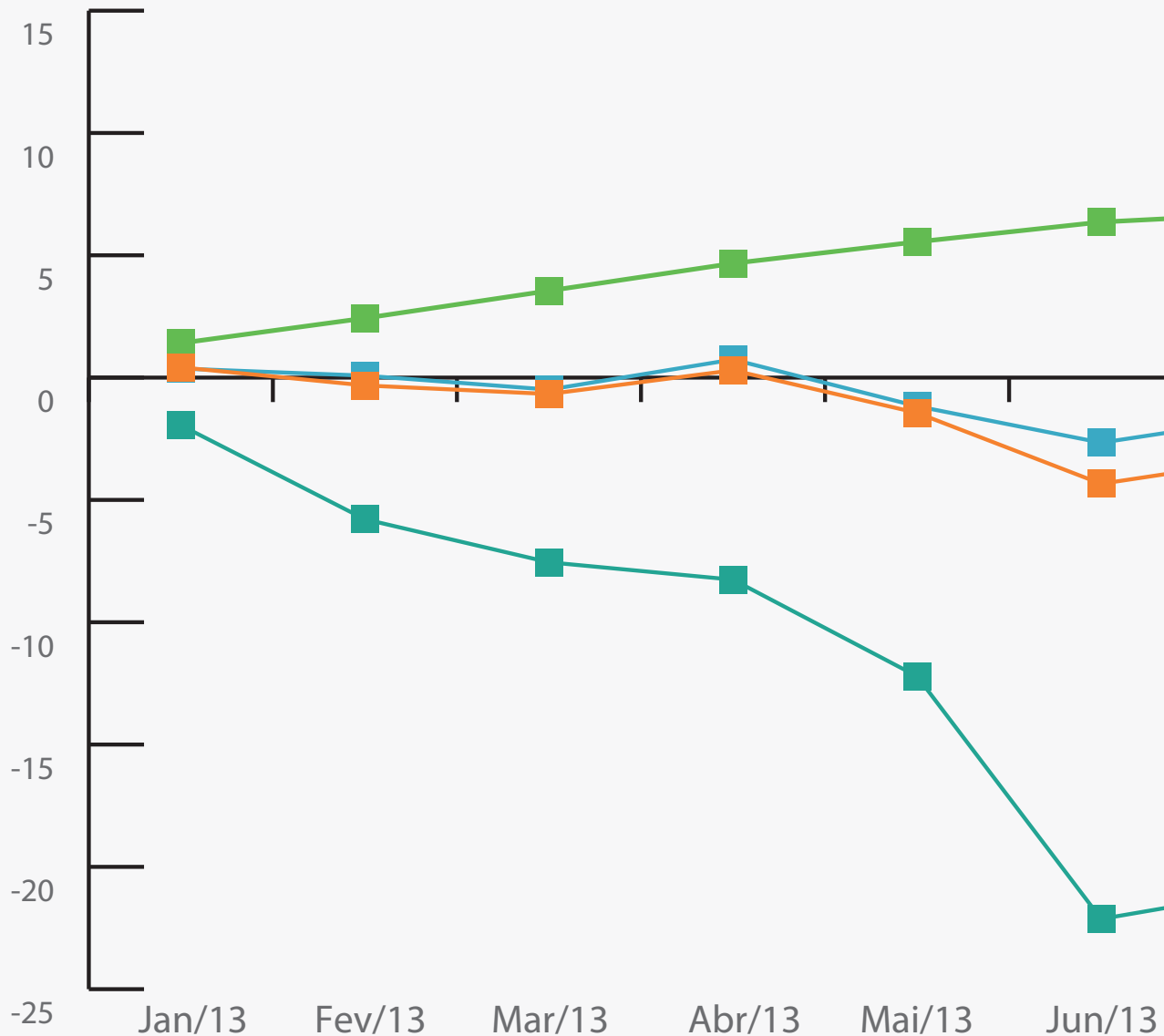
## RENTABILIDADE MENSAL / 2013

A rentabilidade mensal dos investimentos corresponde aos ganhos das aplicações financeiras líquidas das despesas com a gestão dos investimentos.



# RENTABILIDADE ACUMULADA

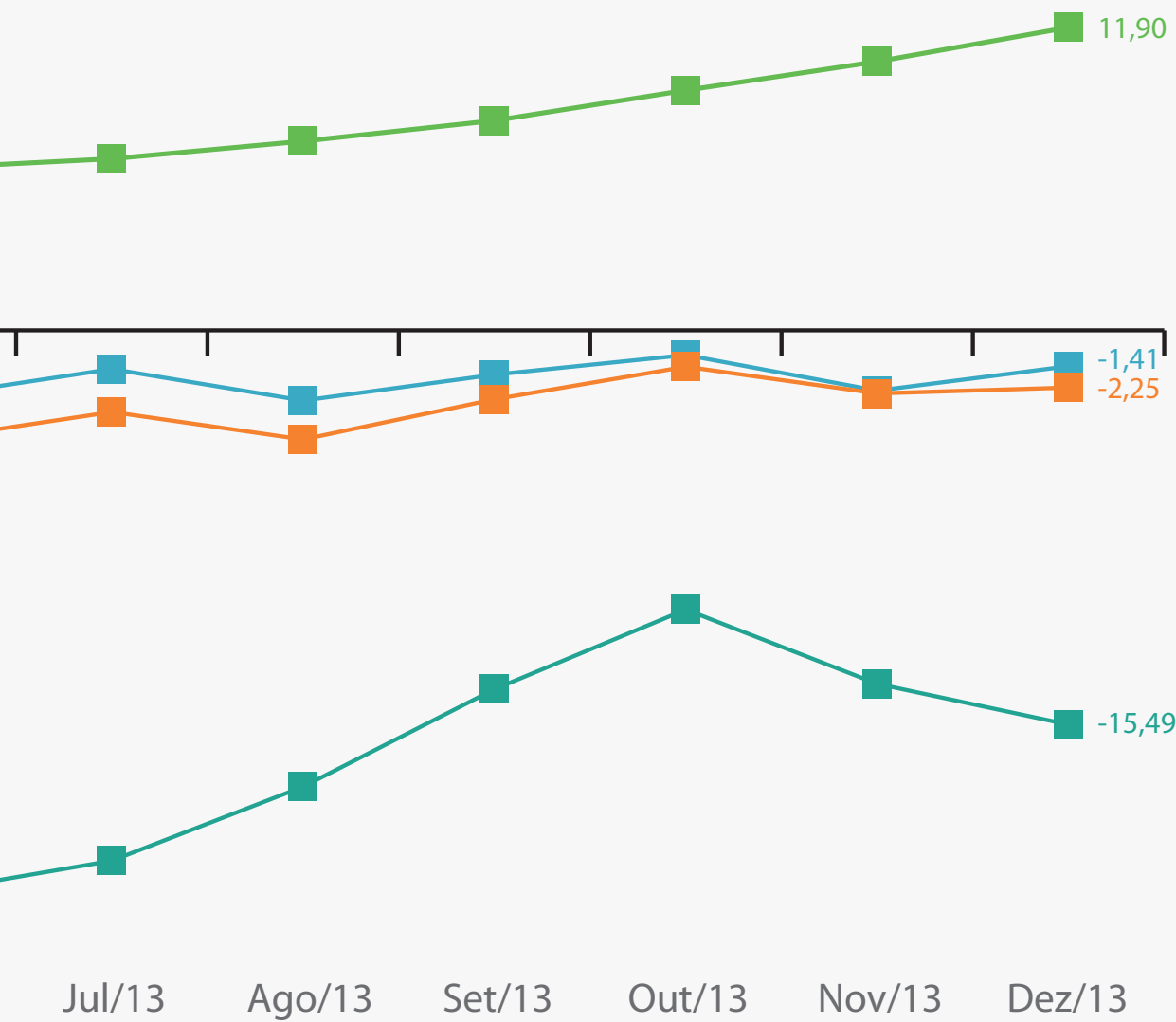
Rentabilidade Líquida em 2013 comparada com Índices de Mercado



**Meta atuarial:** Rentabilidade mínima esperada dos investimentos dos planos da Funepp para garantir o cumprimento dos compromissos futuros com os participantes.

**CDI:** Certificado de Depósito Interbancário. São títulos de emissão das instituições financeiras que lastreiam as operações do mercado interbancário.

**IBrX:** Índice de preços que mede o retorno de uma carteira teórica composta por 100 ações selecionadas entre as mais negociadas na Bovespa.



■ PAP e Plano Fundamental

■ IMA

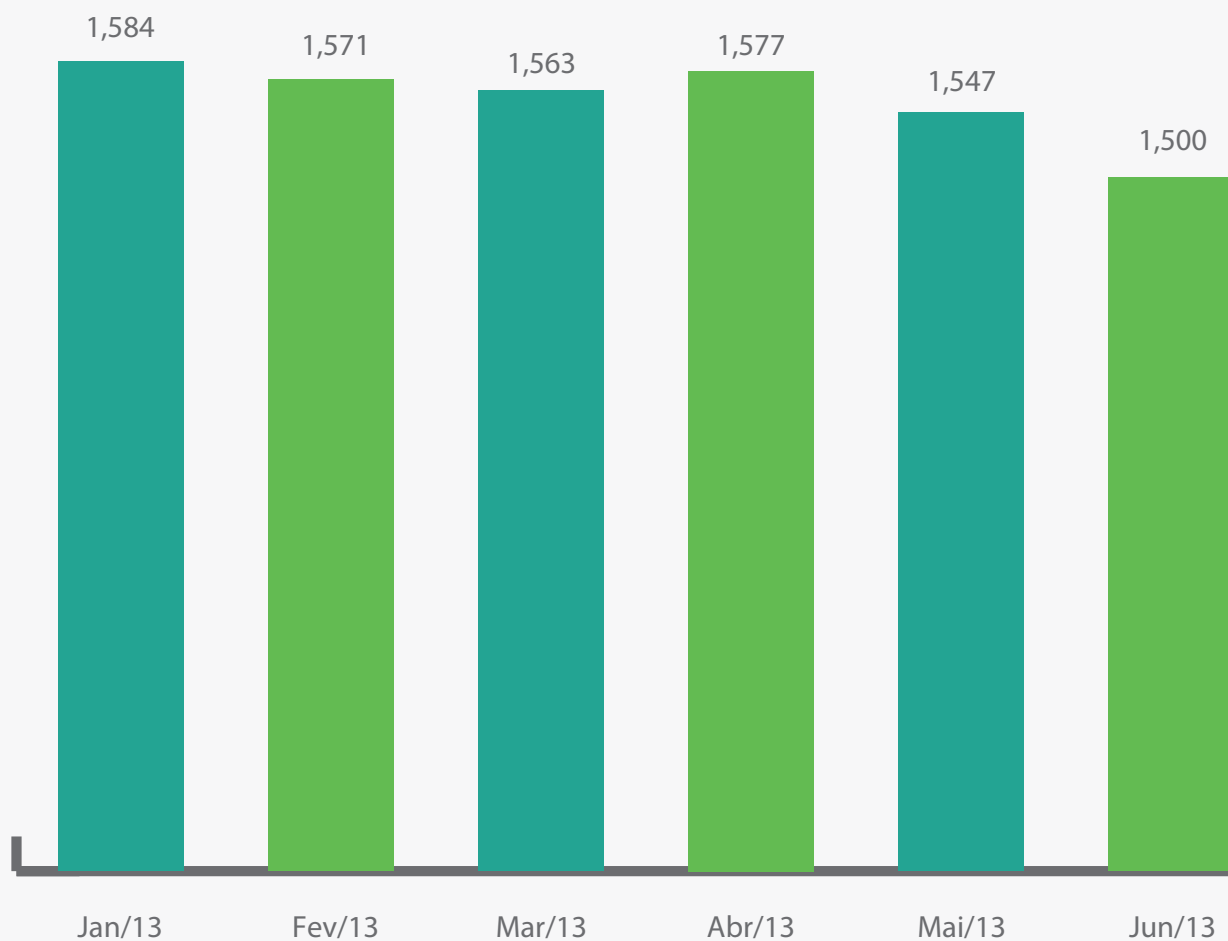
■ Ibovespa

■ Meta Atuarial - (INPC+6%)

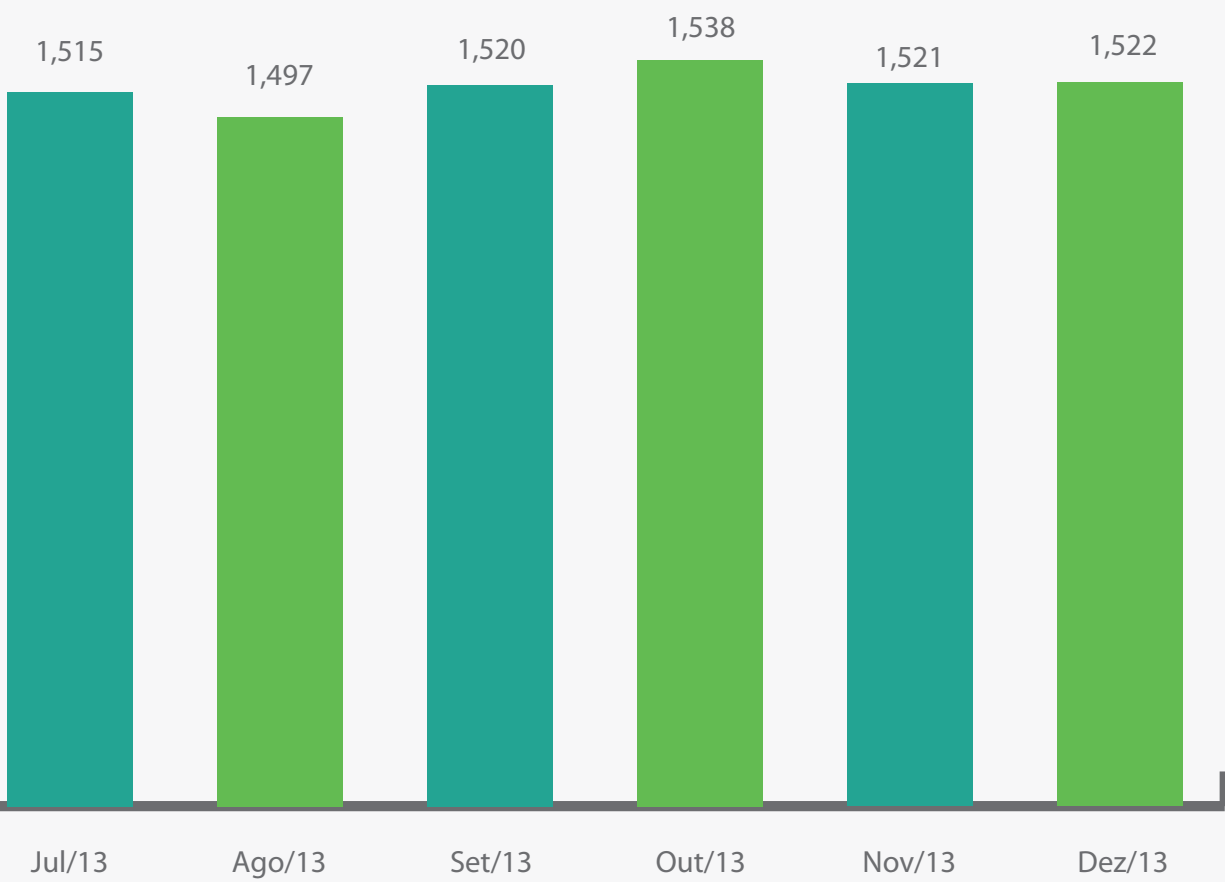
# EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 2013

O patrimônio líquido é constituído de ativo (bens e direitos) menos o exigível operacional (benefícios a serem pagos e taxa de administração dos investimentos).

## Valores apresentados em R\$ bilhões





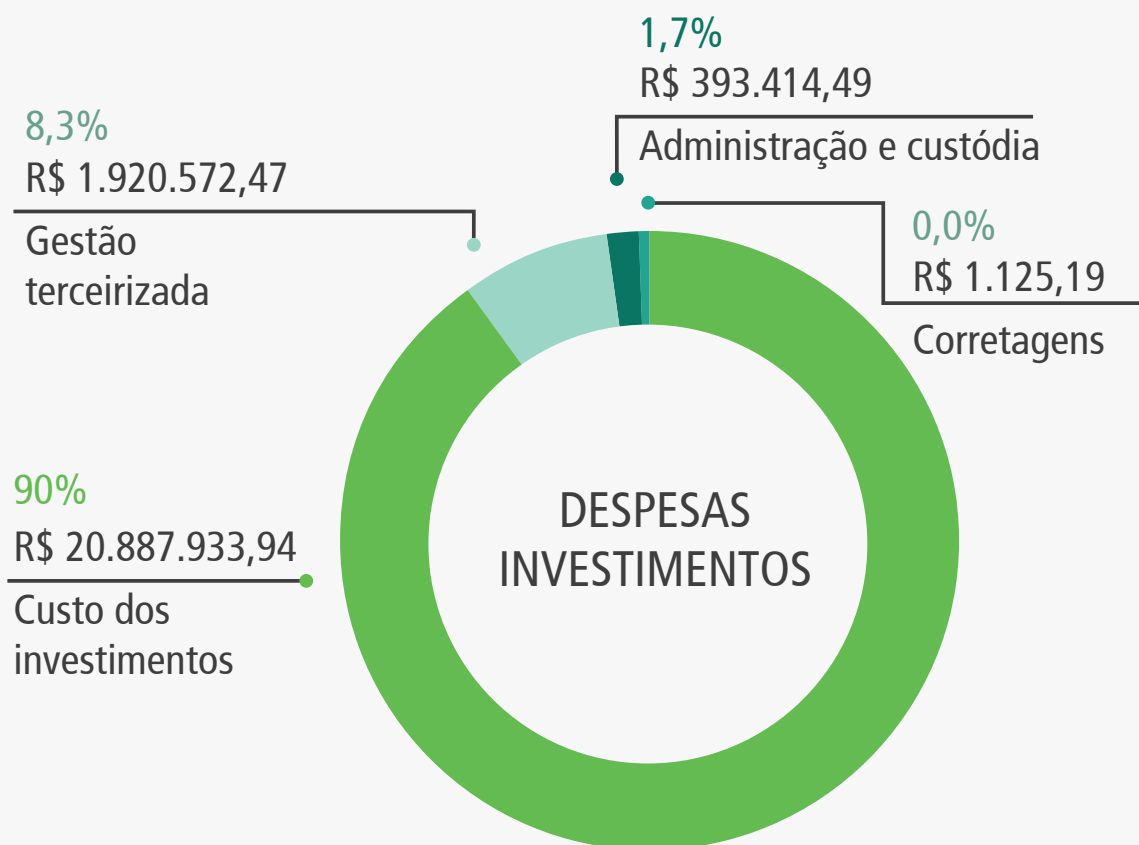


## DESPESAS DA ENTIDADE

O gasto total da FUNEPP em 2013 foi de **R\$ 25,4 milhões**, sendo **R\$ 2,2 milhões** com a administração da entidade e **R\$ 23,2 milhões** com a administração dos investimentos.

Observe, a seguir, a distribuição das despesas da Entidade no ano de 2013.





# FUNDO DE PENSÃO

## ESTRATÉGIA A LONGO PRAZO

### MERCADO FINANCEIRO EM 2013 VERSUS FUNDOS DE PENSÃO

O ano de 2013 foi atípico para os planos de aposentadoria no Brasil, que apresentaram, em sua maioria, rentabilidades abaixo das metas devido às grandes oscilações do mercado financeiro.

Fatores como os resultados ruins da bolsa de valores brasileira frente ao crescimento acentuado das bolsas dos principais mercados do mundo tiveram grande impacto nesses resultados.

Além da volatilidade característica de investimentos em renda variável fortes oscilações também podem ocorrer nos investimentos em renda fixa, principalmente nos títulos de mais longo prazo, sempre presentes nas carteiras de investimentos dos fundos de pensão. Este foi o caso de alguns títulos públicos federais, que são aplicações consideradas de baixo risco, e que apresentaram rentabilidades negativas em 2013, devido às variações na taxa básica de juros do Brasil — a Selic —, elevada de 7,25% ao ano, em janeiro de 2013, para 10% em dezembro.

### ENTENDA OS RESULTADOS DA VOLATILIDADE AO LONGO DO TEMPO

A volatilidade corresponde ao nível de risco dos investimentos. Quanto mais oscilações, maior o risco, que podem gerar retornos tanto positivos quanto negativos.

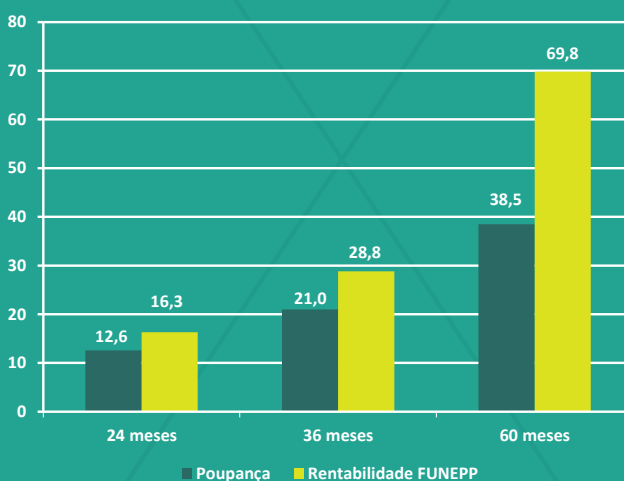
Os investimentos em renda fixa, tipicamente de baixo risco, não estão livres de perdas, pois podem apresentar rentabilidades até abaixo de zero em períodos de aumento da taxa de juros. O preço de um título é dado pela expectativa de rentabilidade, ou seja, taxa de juros atrelada a ele. Quando as taxas de mercado ficam acima da taxa acordada inicialmente, isso impacta negativamente o preço daquele título. Resultados positivos ocorrem com o cenário oposto, quando a taxa cai, o preço sobe. Esse impacto, tanto para cima quanto para baixo, é ainda maior quanto mais longo for o prazo de vencimento do título.



## E QUAIS SÃO OS REFLEXOS NO MEU PLANO NA NESTLÉ?

Este imediatismo é um aspecto importante quando falamos em volatilidade nos investimentos de um plano de aposentadoria, pois este é um investimento de longo prazo. É necessário pensar no resultado final desta rentabilidade ao longo dos anos, visto que a rentabilidade desses títulos tende a se recuperar quando o mercado se estabiliza.

Os resultados da FUNEPP em 2013 foram melhores em comparação aos índices de mercado e semelhantes ao desempenho médio obtido em outros fundos de pensão. Veja a comparação da rentabilidade acumulada da FUNEPP no longo prazo se comparado a poupança:



## AÇÕES IMPLEMENTADAS PARA MELHORA DE RENTABILIDADE

A FUNEPP alterou em Dez/2013 a alocação da sua carteira de investimentos, alongando os títulos de curto para longo prazo, buscando maior conformidade com que os compromissos de pagamentos da FUNEPP. O objetivo foi aproveitar a recente alta nas taxas reais dos títulos públicos de longo prazo, que registraram em Dez/12 algo em torno de 3,5% e bateram o patamar de 6,7% em Dez/13.

Como a economia é muito dinâmica e as variáveis que afetam o resultado dos investimentos estão em constante mudança, as carteiras precisam ser reavaliadas de tempos em tempos para otimizar os seus resultados e aproveitar as oportunidades de investimentos. Por este motivo, também estamos iniciando, em 2014, uma diversificação importante de investimentos da FUNEPP, incluindo aplicações em fundos de investimentos atrelados a Bolsa USA.

Por fim, a FUNEPP reestruturou a área de investimentos em 2014, que além das consultorias terceirizadas, gestores locais e suporte Vevey, ainda contaremos com uma gerência dedicada a investimentos na FUNEPP.



**INFORMAÇÕES**  
**SOBRE A POLÍTICA**  
**DE INVESTIMENTOS**

As informações a seguir aplicam-se ao Plano de Aposentadoria Programada – PAP, ao Plano de Benefícios Fundamental e ao Plano de Gestão Administrativa – PGA da FUNEPP.

### Taxa mínima atuarial/índice de referência

Indexador por plano/segmento - período de referência: 1/2014 a 12/2014

PAP / Plano Fundamental / PGA

Indexador	Taxa de juros
INPC	5,75%

### Documentação/responsáveis

Data de aprovação pelo conselho deliberativo:  
06/01/2014

#### Administrador estatutário tecnicamente qualificado

Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano	Odete de Paula Ramos	116.699.008-64	Dir. Administrativa

### Controle de riscos

#### Risco de mercado

Associado às flutuações (volatilidade) nos preços dos ativos e nos níveis de taxas.

#### Risco de liquidez

Surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado.

#### Risco de contraparte

Associado às perdas que podem ocorrer caso a contraparte de um título não honre com os seus compromissos.

#### Risco legal

Associado a incertezas relacionadas ao não cumprimento de diretrizes legais.

### Risco operacional

Associado à possibilidade de perdas decorrentes de inadequação na especificação ou condução de processos, sistemas ou projetos da entidade.

### Alocação dos recursos

Período de referência: 01/2014 a 12/2014

#### PAP / Plano Fundamental / PGA

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	47,00%	86,00%	71,00%
Renda Variável	14,00%	30,00%	17,00%
Imóveis	0,00%	3,00%	2,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	0,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	10,00%	10,00%

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? **Não**

Utiliza derivativos: **Sim**

Avaliação prévia dos riscos envolvidos? **Sim**

Existência de sistemas de controles internos? **Sim**

### Perfis de investimento

O Plano não oferece perfis de investimento aos participantes.

OBS: Os índices de referência de cada segmento são híbridos (formados por vários indexadores) e não puderam ser adicionados na seção TMA/Índice. Segue:

**RF** - (16% CDI) + (14%IMAB 5-) + (70% IMAB 5+) + 0,2%

**RV** - (75% IBrX + 3%) + (25% IDIV)

**Investimentos Estruturados** - CDI/INPC

**Investimentos no Exterior** - S&P500/MSCI World

**Imóveis** - INPC+6%/ IFIX

**Consolidado** - (5%CDI) + (11%IMAB5) + (50% IMAB5+) + (13%IBrX + 4%IDIV)+(2%IFIX)+10%S&P500



**RESUMO DOS**  
**DEMONSTRATIVOS**  
**DE INVESTIMENTOS**

## PLANO DE BENEFÍCIO FUNDAMENTAL

Mês de referência: 12/2013

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos	406.256.812,14
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete)	406.256.812,14
Diferença	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	74.180.179,35
Depósitos:	694.705,29
Títulos Públicos	61.271.140,09
Títulos Privados	0,00
Ações	0,00
Operações Compromissadas	0,00
Participações em SPE	0,00
Derivativos Opções	0,00
Derivativos Termos	0,00
Derivativos Futuros	0,00
Derivativos Swaps	0,00
Empréstimos/Financiamentos	0,00
Carteira Imobiliária	12.214.333,97
Valores a Pagar/Receber	0,00
Exigível Contingencial/Investimentos	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	332.076.632,78
03.697.574/0001-59	90.345.737,34
10.427.203/0001-12	50.113.776,21
11.248.452/0001-03	21.081.553,80
17.517.552/0001-74	16.832.878,32
03.499.341/0001-41	151.069.506,43
15.477.891/0001-49	2.633.180,65

## OBSERVAÇÕES

1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):

- + 1.1.0.0.00.00.00 Disponível
- + 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos
- 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
- 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos

2) O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:

- a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
- b) O valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).

3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

## PLANO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA - PAP

Mês de referência: 12/2013

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos	1.083.038.358,77
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete)	1.083.038.358,77
Diferença	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	230.385.049,96
Depósitos:	49.659.241,88
Títulos Públicos	157.590.950,31
Títulos Privados	0,00
Ações	0,00
Operações Compromissadas	0,00
Participações em SPE	0,00
Derivativos Opções	0,00
Derivativos Termos	0,00
Derivativos Futuros	0,00
Derivativos Swaps	0,00
Empréstimos/Financiamentos	0,00
Carteira Imobiliária	23.134.857,77
Valores a Pagar/Receber	0,00
Exigível Contingencial/Investimentos	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	852.653.308,80
03.697.574/0001-59	231.975.346,29
10.427.203/0001-12	128.674.145,92
11.248.452/0001-03	54.129.844,84
17.517.552/0001-74	43.220.774,90
03.499.341/0001-41	387.892.136,34
15.477.891/0001-49	6.761.060,49

## OBSERVAÇÕES

1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):

+ 1.1.0.0.00.00.00 Disponível

+ 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos

- 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos

- 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos

2) O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:

a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou

b) O valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).

3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

## PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Mês de referência: 12/2013

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos	1.693.816,11
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete)	1.693.816,11
Diferença	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	367.843,44
Depósitos:	0,00
Títulos Públicos	345.438,94
Títulos Privados	0,00
Ações	0,00
Operações Compromissadas	0,00
Participações em SPE	0,00
Derivativos Opções	0,00
Derivativos Termos	0,00
Derivativos Futuros	0,00
Derivativos Swaps	0,00
Empréstimos/Financiamentos	0,00
Carteira Imobiliária	22.404,50
Valores a Pagar/Receber	0,00
Exigível Contingencial/Investimentos	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	1.325.972,66
03.697.574/0001-59	360.747,99
10.427.203/0001-12	200.102,89
11.248.452/0001-03	84.178,05
17.517.552/0001-74	67.213,21
03.499.341/0001-41	603.216,29
15.477.891/0001-49	10.514,22

## OBSERVAÇÕES

1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):

- + 1.1.0.0.00.00.00 Disponível
- + 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos
- 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
- 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos

2) O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:

- a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
- b) O valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).

3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.



# **INFORMAÇÕES** **CONTÁBEIS**



# BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS

Ativo	Nota explic.	2013	2012	Passivo	Nota explic.	2013	2012
<b>Disponível</b>	<b>5</b>	<b>50.354</b>	<b>95</b>	<b>Exigível operacional</b>	<b>9</b>	<b>1.754</b>	<b>1.686</b>
<b>Realizável</b>		<b>1.476.703</b>	<b>1.582.305</b>	Gestão previdencial		1.589	1.526
Gestão previdencial	6	35.684	89.762	Gestão administrativa		165	146
Gestão administrativa	6	384	353	Investimentos		-	14
Investimentos	7	1.440.635	1.492.190	<b>Exigível contingencial</b>	<b>10</b>	<b>3.406</b>	<b>1.229</b>
Títulos públicos		219.207	237.682	Gestão previdencial		3.406	1.229
Fundos de investimento		1.186.056	1.226.546	<b>Patrimônio social</b>		<b>1.522.437</b>	<b>1.579.487</b>
Investimentos imobiliários		35.372	27.962	Patrimônio de cobertura do plano		1.491.094	1.559.067
<b>Permanente</b>	<b>8</b>	<b>540</b>	<b>2</b>	Provisões matemáticas	11	1.808.708	1.478.656
Imobilizado		1	2	Benefícios concedidos		1.090.863	972.632
Intangível		539	-	Benefícios a conceder		717.845	506.024
				Equilíbrio técnico	12	(317.614)	80.411
				Resultados realizados		(317.614)	80.411
				(Déficit)/Superávit técnico acumulado		(317.614)	80.411
				Fundos	13	31.343	20.420
				Fundos previdenciais		28.890	18.685
				Fundos administrativos		2.453	1.735
<b>Total do ativo</b>		<b>1.527.597</b>	<b>1.582.402</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>1.527.597</b>	<b>1.582.402</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Contador: Reginaldo José Camilo**

CRC: 1SP 114.497/O-9

CPF: 859.338.648-20

**AETQ: Odete de Paula Ramos**

CPF: 166.699.008-64

# DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADAS

EM MILHARES DE REAIS

Descrição	2013	2012	Varição (%)
<b>A) Patrimônio social - início do exercício</b>	<b>1.579.487</b>	<b>1.289.723</b>	<b>22</b>
<b>1. Adições</b>	<b>103.576</b>	<b>400.950</b>	<b>(74)</b>
( + ) Contribuições Previdenciais	99.234	155.014	(36)
( + ) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	242.273	(100)
( + ) Receitas Administrativas	4.342	3.433	26
( + ) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	-	230	(100)
<b>2. Destinações</b>	<b>(160.626)</b>	<b>(111.186)</b>	<b>44</b>
( - ) Benefícios	(112.686)	(108.017)	4
( - ) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(42.148)	-	100
( - ) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(2.168)	(203)	968
( - ) Despesas Administrativas	(3.586)	(2.966)	21
( - ) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	(38)	-	100
<b>3. (Decréscimo)/Acréscimo no patrimônio social (1 + 2)</b>	<b>(57.050)</b>	<b>289.764</b>	<b>(120)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	330.052	175.491	88
(+/-) (Déficit)/Superávit Técnico do Exercício	(398.025)	121.020	(429)
(+/-) Fundos Previdenciais	10.205	(7.444)	(237)
(+/-) Fundos Administrativos	718	697	3
<b>B) Patrimônio social - final do exercício (a + 3)</b>	<b>1.522.437</b>	<b>1.579.487</b>	<b>(4)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Contador: Reginaldo José Camilo**

CRC: 1SP 114.497/O-9

CPF: 859.338.648-20

**AETQ: Odete de Paula Ramos**

CPF: 166.699.008-64

# DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA

EM MILHARES DE REAIS

Descrição	2013	2012	Variação %
<b>A) Fundo administrativo do exercício anterior</b>	<b>1.735</b>	<b>1.038</b>	<b>67</b>
<b>1. Custeio da gestão administrativa</b>	<b>4.342</b>	<b>3.663</b>	<b>19</b>
1.1. Receitas	4.342	3.663	19
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	3.436	3.122	10
Custeio Administrativo dos Investimentos	902	295	206
Resultado Positivo dos Investimentos	-	230	(100)
Outras Receitas	4	16	(75)
<b>2. Despesas administrativas</b>	<b>(3.586)</b>	<b>(2.966)</b>	<b>21</b>
2.1. Administração previdencial	(2.684)	(2.655)	1
Pessoal e encargos	(895)	(810)	10
Treinamentos/congressos e seminários	-	(7)	(100)
Viagens e estadias	(65)	(34)	91
Serviços de Terceiros	(1.272)	(1.431)	(11)
Despesas Gerais	(408)	(364)	12
Outras Despesas	(44)	(9)	389
2.2. Administração dos investimentos	(902)	(295)	206
Serviços de Terceiros	(869)	(260)	234
Despesas gerais	(33)	(35)	(6)
2.5. Outras despesas	-	(16)	(100)
<b>3. Resultado Negativo dos Investimentos</b>	<b>(38)</b>	<b>-</b>	<b>100</b>
<b>4. Sobra da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>718</b>	<b>697</b>	<b>3</b>
<b>5. Constituição do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>718</b>	<b>697</b>	<b>3</b>
<b>B) fundo administrativo do exercício atual (A + 5)</b>	<b>2.453</b>	<b>1.735</b>	<b>41</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Contador: Reginaldo José Camilo**

CRC: 1SP 114.497/O-9

CPF: 859.338.648-20

**AETQ: Odete de Paula Ramos**

CPF: 166.699.008-64

# DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO PAP

EM MILHARES DE REAIS

Descrição	2013	2012	Variação %
<b>A) Fundo administrativo do exercício anterior</b>	<b>952</b>	<b>610</b>	<b>56</b>
<b>1. Custeio da gestão administrativa</b>	<b>2.883</b>	<b>2.374</b>	<b>21</b>
1.1. Receitas	2.883	2.374	21
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.245	2.038	10
Custeio Administrativo dos Investimentos	638	201	217
Resultado Positivo dos Investimentos	-	135	(100)
<b>2. Despesas administrativas</b>	<b>(2.556)</b>	<b>(2.031)</b>	<b>26</b>
<b>2.1. Administração previdencial</b>	<b>(1.918)</b>	<b>(1.814)</b>	<b>6</b>
2.1.1 Despesas Comuns	(1.729)	(1.694)	2
2.1.2 Despesas Específicas	(189)	(120)	58
Pessoal e encargos	(74)	(60)	23
Despesas Gerais	(79)	(60)	32
Outras Despesas	(36)	-	100
2.2. Administração dos investimentos	(638)	(201)	217
2.2.1 Despesas Comuns	(638)	(201)	217
2.4. Outras despesas	-	(16)	(100)
<b>3. Resultado Negativo dos Investimentos</b>	<b>(21)</b>	<b>-</b>	<b>100</b>
<b>4. Sobra da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>306</b>	<b>343</b>	<b>(11)</b>
<b>5. Constituição do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>306</b>	<b>343</b>	<b>(11)</b>
<b>B) Fundo administrativo do exercício atual (A + 5)</b>	<b>1.258</b>	<b>953</b>	<b>32</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Contador: Reginaldo José Camilo**

CRC: 1SP 114.497/O-9

CPF: 859.338.648-20

**AETQ: Odete de Paula Ramos**

CPF: 166.699.008-64

# DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO FUNDAMENTAL

EM MILHARES DE REAIS

Descrição	2013	2012	Variação %
<b>A) Fundo administrativo do exercício anterior</b>	<b>783</b>	<b>428</b>	<b>83</b>
<b>1. Custeio da gestão administrativa</b>	<b>1.459</b>	<b>1.289</b>	<b>13</b>
1.1. Receitas	1.459	1.289	13
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.191	1.084	10
Custeio Administrativo dos Investimentos	264	94	181
Resultado Positivo dos Investimentos	-	95	(100)
Outras Receitas	4	16	(75)
<b>2. Despesas administrativas</b>	<b>(1.030)</b>	<b>(935)</b>	<b>10</b>
<b>2.1. Administração previdencial</b>	<b>(766)</b>	<b>(841)</b>	<b>(9)</b>
2.1.1 Despesas Comuns	(725)	(797)	(9)
2.1.2 Despesas Específicas	(41)	(44)	(7)
Pessoal e encargos	(5)	(8)	(38)
Despesas Gerais	(35)	(36)	(3)
Outras Despesas	(1)	-	100
<b>2.2. Administração dos investimentos</b>	<b>(264)</b>	<b>(94)</b>	<b>181</b>
2.2.1 Despesas Comuns	(264)	(94)	181
<b>3. Resultado Negativo dos Investimentos</b>	<b>(17)</b>	<b>-</b>	<b>100</b>
<b>4. Sobra da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>412</b>	<b>354</b>	<b>16</b>
<b>5. Constituição do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>412</b>	<b>354</b>	<b>16</b>
<b>B) Fundo administrativo do exercício atual (A + 5)</b>	<b>1.195</b>	<b>782</b>	<b>53</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Contador: Reginaldo José Camilo**

CRC: 1SP 114.497/0-9

CPF: 859.338.648-20

**AETQ: Odete de Paula Ramos**

CPF: 166.699.008-64

# DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO PAP

EM MILHARES DE REAIS

Descrição	2013	2012	Varição (%)
<b>A) Ativo líquido- início do exercício</b>	<b>1.126.798</b>	<b>876.736</b>	<b>29</b>
<b>1. Adições</b>	<b>92.348</b>	<b>315.239</b>	<b>(71)</b>
( + ) Contribuições Previdenciais	92.348	148.505	(38)
( + ) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	166.734	(100)
<b>2. Destinações</b>	<b>(103.741)</b>	<b>(65.177)</b>	<b>59</b>
( - ) Benefícios	(67.415)	(63.139)	7
( - ) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(33.215)	-	100
( - ) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(866)	-	100
( - ) Custeio Administrativo	(2.245)	(2.038)	10
<b>3.(Decréscimo)/acrécimo no ativo líquido (1 + 2)</b>	<b>(11.393)</b>	<b>250.062</b>	<b>(105)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	311.253	165.451	88
(+/-) Fundos Previdenciais	4.461	(15.916)	(128)
(+/-) (Déficit)/Superávit Técnico do Exercício	(327.107)	100.527	(425)
<b>B) Ativo líquido - final do exercício (A + 3)</b>	<b>1.115.405</b>	<b>1.126.798</b>	<b>(1)</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>1.258</b>	<b>952</b>	<b>32</b>
(+/-) Fundos Administrativos	1.258	952	32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Contador: Reginaldo José Camilo**

CRC: 1SP 114.497/O-9

CPF: 859.338.648-20

**AETQ: Odete de Paula Ramos**

CPF: 166.699.008-64

# DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO FUNDAMENTAL

EM MILHARES DE REAIS

Descrição	2013	2012	Variação (%)
<b>A) Ativo Líquido - Início do Exercício</b>	<b>450.954</b>	<b>411.949</b>	<b>9</b>
<b>1. Adições</b>	<b>10.322</b>	<b>85.170</b>	<b>(88)</b>
(+) Contribuições Previdenciais	10.322	9.631	7
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	75.539	(100)
<b>2. Destinações</b>	<b>(56.697)</b>	<b>(46.165)</b>	<b>23</b>
(-) Benefícios	(45.271)	(44.878)	1
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(8.933)	-	100
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(1.302)	(203)	541
(-) Custeio Administrativo	(1.191)	(1.084)	10
<b>3.(Decrécimo)/ acréscimo no ativo líquido (1 + 2)</b>	<b>(46.375)</b>	<b>39.005</b>	<b>(219)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	18.799	10.040	87
(+/-) Fundos Previdenciais	5.744	8.472	(32)
(+/-) (Déficit)/Superávit Técnico do Exercício	(70.918)	20.493	(446)
<b>B) Ativo líquido - final do exercício (A + 3)</b>	<b>404.579</b>	<b>450.954</b>	<b>(10)</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>1.195</b>	<b>783</b>	<b>53</b>
(+/-) Fundos Administrativos	1.195	783	53

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Contador: Reginaldo José Camilo**

CRC: 1SP 114.497/O-9

CPF: 859.338.648-20

**AETQ: Odete de Paula Ramos**

CPF: 166.699.008-64

# DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO PAP

EM MILHARES DE REAIS

Descrição	2013	2012	Variação (%)
<b>1 . Ativos</b>	<b>1.118.324</b>	<b>1.128.406</b>	<b>(1)</b>
Disponível	49.659	67	74.018
Recebível	35.286	89.208	(60)
Investimento	1.033.379	1.039.131	(1)
Títulos Públicos	157.591	165.807	(5)
Fundos de Investimento	852.653	855.642	-
Investimentos Imobiliários	23.135	17.682	31
<b>2 . Obrigações</b>	<b>1.661</b>	<b>656</b>	<b>153</b>
Operacional	811	656	24
Contingencial	850	-	100
<b>3 . Fundos não Previdenciais</b>	<b>1.258</b>	<b>952</b>	<b>32</b>
Fundos Administrativos	1.258	952	32
<b>4 . Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>1.115.405</b>	<b>1.126.798</b>	<b>(1)</b>
Provisões Matemáticas	1.402.637	1.091.384	29
(Déficit)/Superávit Técnico	(293.241)	33.866	(966)
Fundos Previdenciais	6.009	1.548	288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Contador: Reginaldo José Camilo**

CRC: 1SP 114.497/O-9

CPF: 859.338.648-20

**AETQ: Odete de Paula Ramos**

CPF: 166.699.008-64



# DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO FUNDAMENTAL

EM MILHARES DE REAIS

Descrição	2013	2012	Varição (%)
<b>1 . Ativos</b>	<b>409.108</b>	<b>453.850</b>	<b>(10)</b>
Disponível	695	28	2.382
Recebível	2.851	2.289	25
Investimento	405.562	451.533	(10)
Títulos Públicos	61.271	71.628	(14)
Fundos de Investimento	332.077	369.632	(10)
Investimentos Imobiliários	12.214	10.273	19
<b>2 . Obrigações</b>	<b>3.334</b>	<b>2.113</b>	<b>58</b>
Operacional	778	884	(12)
Contingencial	2.556	1.229	108
<b>3 . Fundos não Previdenciais</b>	<b>1.195</b>	<b>783</b>	<b>53</b>
Fundos Administrativos	1.195	783	53
<b>4 . Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>404.579</b>	<b>450.954</b>	<b>(10)</b>
Provisões Matemáticas	406.071	387.272	5
(Déficit)/Superávit Técnico	(24.373)	46.545	(152)
Fundos Previdenciais	22.881	17.137	34

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Contador: Reginaldo José Camilo**

CRC: 1SP 114.497/O-9

CPF: 859.338.648-20

**AETQ: Odete de Paula Ramos**

CPF: 166.699.008-64

# DEMONSTRAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS- PLANO PAP

EM MILHARES DE REAIS

Descrição	2013	2012	Variação %
<b>Provisões Técnicas (1+ 2+ 3+ 4 + 5 )</b>	<b>1.117.066</b>	<b>1.127.454</b>	<b>(1)</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>1.402.637</b>	<b>1.091.384</b>	<b>29</b>
1.1 Benefícios Concedidos	684.792	585.360	17
Benefício Definido	684.792	585.360	17
1.2 Benefícios a Conceder	717.845	506.024	42
Contribuição Definida	399.806	400.304	(0)
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores/Instituidores	182.582	183.941	(1)
Saldo de Contas - Parcela Participantes	217.224	216.363	-
Benefício Definido	318.039	105.720	201
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>(293.241)</b>	<b>33.866</b>	<b>(966)</b>
2.1 Resultados Realizados	(293.241)	33.866	(966)
Superávit técnico acumulado	-	33.866	(100)
Reserva de contingência	-	33.866	(100)
(-) Déficit técnico acumulado	(293.241)	-	100
<b>3. Fundos</b>	<b>6.009</b>	<b>1.548</b>	<b>288</b>
3.1. Fundos Previdenciais	6.009	1.548	288
<b>4 . Exigível Operacional</b>	<b>811</b>	<b>656</b>	<b>24</b>
4.1. Gestão Previdencial	811	647	25
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	-	9	(100)
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>850</b>	<b>-</b>	<b>100</b>
5.1. Gestão Previdencial	850	-	100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Contador: Reginaldo José Camilo**

CRC: 1SP 114.497/O-9

CPF: 859.338.648-20

**AETQ: Odete de Paula Ramos**

CPF: 166.699.008-64

# DEMONSTRAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO FUNDAMENTAL

EM MILHARES DE REAIS

Descrição	2013	2012	Variação %
<b>Provisões Técnicas (1+ 2+ 3+ 4 + 5 )</b>	<b>407.913</b>	<b>453.067</b>	<b>(10)</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>406.071</b>	<b>387.272</b>	<b>5</b>
1.1 Benefícios Concedidos	406.071	387.272	5
Benefício Definido	406.071	387.272	5
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>(24.373)</b>	<b>46.545</b>	<b>(152)</b>
2.1 Resultados Realizados	(24.373)	46.545	(152)
Superávit Técnico Acumulado	-	46.545	(100)
Reserva de Contingência	-	46.545	(100)
(-) Déficit técnico acumulado	(24.373)	-	100
<b>3. Fundos</b>	<b>22.881</b>	<b>17.137</b>	<b>34</b>
3.1. Fundos Previdenciais	22.881	17.137	34
<b>4 . Exigível Operacional</b>	<b>778</b>	<b>884</b>	<b>(12)</b>
4.1. Gestão Previdencial	778	879	(11)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	-	5	(100)
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>2.556</b>	<b>1.229</b>	<b>108</b>
5.1. Gestão Previdencial	2.556	1.229	108

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Contador: Reginaldo José Camilo**

CRC: 1SP 114.497/O-9

CPF: 859.338.648-20

**AETQ: Odete de Paula Ramos**

CPF: 166.699.008-64

# **NOTAS EXPLICATIVAS**

## **ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Em 31 de dezembro de 2013**

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNEPP - Fundação Nestlé de Previdência Privada é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, constituída como sociedade civil em 31 de janeiro de 1985, em conformidade com a Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001.

O funcionamento da Entidade foi autorizado pela portaria nº. 2.109 do Ministério da Previdência Social - MPS por prazo indeterminado em 29 de abril de 1985, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, obedecendo às normas expedidas através do Conselho Nacional da Previdência Complementar - CNPC e as resoluções específicas do Banco Central do Brasil.

O objetivo da Entidade é administrar e executar planos de benefícios de natureza previdenciárias suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social.

### 1.1 Planos de benefícios

A FUNEPP instituiu e administra 2 (dois) planos de benefícios: o Plano Fundamental e o Plano de Aposentadoria Programada - PAP.

O Plano Fundamental assegura benefícios de riscos, na modalidade Benefício Definido, sendo custeado exclusivamente pelas Patrocinadoras.

O Plano de Aposentadoria Programada - PAP assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, na modalidade Contribuição Variável, sendo custeado pelos Participantes e Patrocinadoras.

### 1.2 Patrocinadoras

A Entidade tem como patrocinadoras em 31 de dezembro de 2013 as seguintes empresas:

- Nestlé Brasil Ltda.;
- Indústrias Alimentícias Itacolomy S.A. - Itasa (inativa);
- CPW Brasil Ltda.;
- Socopal - Sociedade Comercial de Corretagem de Seguros e de Participações Ltda. (inativa);
- Nestec Biscuit Development Group (inativa);
- Raslton Purina do Brasil Ltda. (inativa);
- Dairy Partners Américas Brasil Ltda.;
- Dairy Partners Américas Manuf. Brasil Ltda.;
- Fundação Nestlé de Previdência Privada;
- Nestlé Nordeste de Alimentos e Bebidas Ltda.;
- Nestlé Waters Brasil - Bebidas e Alimentos Ltda.;
- ASB- Bebidas e Alimentos Ltda.;
- Nestlé Dairy Partners America Nordeste Ltda.;
- Nestlé Sul - Alimentos e Bebidas Ltda.;
- Nestlé Sudeste - Alimentos e Bebidas Ltda.;

O quadro com quantidades de participantes na data base da avaliação atuarial em 31 de dezembro 2013 apresenta a seguinte posição:

Plano	Ativos		Assistidos		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013(*)	2012
<b>Fundamental</b>	17.864	17.273	1.016	1.033	18.880	18.306
<b>PAP</b>	11.021	10.868	881	804	11.902	11.672

(\*) A base de dados cadastral utilizada na avaliação atuarial é de 30 de setembro de 2013.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis em vigor no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011; Resolução CNPC nº. 12, de 19 de agosto de 2013; Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009; Instrução SNPC nº. 05, de 08 de setembro de 2011; Resolução PREVIC/DC nº 6, de 13 de novembro de 2013; Resolução CFC nº. 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e, quando aplicável, aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e homologados pelos órgãos reguladores.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

Conforme Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e Resolução CNPC nº. 12, de 19 de agosto de 2013, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

- Balanço Patrimonial Consolidado;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidado);
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL;
- Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL;
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada);
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios (opcional);
- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT.

Em atenção a Resolução CNPC nº12 de 19 de agosto de 2013 que altera a Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, a DOAP - Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios, passa a ser denominada DPT - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios. Essa demonstração traz além das provisões matemáticas e equilíbrio técnico, os fundos previdenciais e de investimentos, o exigível operacional e o exigível contingencial conforme apresentado a segue:

<b>Plano Fundamental</b>	<b>Saldo originalmente apresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Saldo reapresentado</b>
Provisões matemáticas	406.071	-	406.071
Equilíbrio técnico	(24.373)	-	(24.373)
Fundos	22.881	-	22.881
Fundos previdenciais	22.881	-	22.881
Exigível operacional	-	778	-
Gestão previdencial	-	778	778
Exigível contingencial	-	2.556	-
Gestão previdencial	-	2.556	2.556
Patrimônio de cobertura do plano (DOAP)	-	-	-
Provisões técnicas (DPT)	404.579	3.334	407.913

<b>Plano PAP</b>	<b>Saldo originalmente apresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Saldo reapresentado</b>
Provisões matemáticas	1.402.637	-	1.402.637
Equilíbrio técnico	(293.241)	-	(293.241)
Fundos	6.009	-	6.009
Fundos previdenciais	6.009	-	6.009
Exigível operacional	-	811	811
Gestão previdencial	-	811	811
Exigível contingencial	-	850	850
Gestão previdencial	-	850	850
Patrimônio de cobertura do plano (DOAP)	-	-	-
Provisões técnicas (DPT)	1.115.405	1.661	1.117.066

As demonstrações contábeis foram aprovadas em 27 de março de 2014, através de reunião em conjunto com Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal.

### **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração e foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as normas contábeis específicas, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). Conforme constam destas diretrizes, as práticas contábeis adotadas pela Entidade são específicas para o segmento das entidades fechadas de previdência complementar.

As práticas contábeis adotadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 2, estão resumidas em:

#### **a. Registro das adições, deduções, receitas, despesas, rendas/variações positivas e deduções/variações negativas**

As adições e deduções da Gestão Previdencial, receitas e despesas da Gestão Administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, exceto as contribuições dos autopatrocinados que são registradas pelo regime de caixa, por ocasião do recebimento conforme o prazo previsto no regulamento do plano de benefícios.

#### **b. Provisões Matemáticas e Fundos da Gestão Previdencial**

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuários contratados pela Entidade e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários.

#### **c. Estimativas Atuariais e Contábeis**

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ajustes pelos valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação (inclusive aqueles aplicados por fundos de investimentos), provisões para contingências, provisões para devedores duvidosos e as provisões matemáticas, dentre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Uma diferença entre o desfecho da estimativa contábil e o valor originalmente reconhecido ou divulgado nas demonstrações contábeis não representa necessariamente uma distorção nas demonstrações contábeis. A administração revisa as estimativas e premissas periodicamente



#### **d. Ativo realizável**

- **Gestão Previdencial:** compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores e participantes, reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o plano de custeio e as contribuições contratadas com a patrocinadora.
- **Gestão Administrativa:** compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuadas pela patrocinadora e outros eventos administrativos.
- **Investimentos:** Conforme estabelecido pela Resolução do CGPC nº 4 de 30 de Janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 22 de 25 de setembro de 2006, as entidades fechadas de previdência complementar passaram, a partir de 1º de Janeiro de 2002, a proceder a avaliação e classificação contábil dos títulos e valores mobiliários integrantes do portfólio da gestão de investimentos - realizável segundo duas categorias, a saber:

##### *I Títulos Públicos e Fundos de Investimento*

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas, sendo classificados nas seguintes categorias:

- (a) Títulos para negociação: Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem freqüentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não

realizadas reconhecidos nas demonstrações das mutações do patrimônio social e demonstrações das mutações do ativo líquido;

- (b) Títulos mantidos até o vencimento: Títulos e valores mobiliários com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição, os quais a entidade mantém interesse e capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que serão avaliados pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável reconhecidos nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social e Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

##### *II Investimentos Imobiliários*

Estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações de acordo com a legislação vigente. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil remanescente fixado nos laudos de reavaliação.

Os ajustes de reavaliação, positivo ou negativo, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida com o resultado.

### e. Permanente

É composto pelos ativos imobilizados que são avaliados ao custo, depreciado e amortizados, respectivamente, pelo método linear, tendo como contra partida a conta de resultado do Plano de Gestão Administrativa - PGA. A taxa anual aplicada aos bens computadores e periféricos são de 20% e pelo Intangível que é referente a gastos como implantação de novos planos.

### f. Exigível operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias e provisões de folha de pagamento e respectivos encargos.

### g. Exigível contingencial

As provisões para contingências são avaliadas periodicamente e são constituídas tendo como base o pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e considerando a avaliação da Administração e de seus consultores jurídicos, sendo consideradas suficientes para cobrir prováveis perdas decorrentes desses processos.

Essas ações estão classificadas entre gestão previdencial, administrativa e de investimentos, de acordo com a sua natureza.

Para fins de classificação são usados os termos provável, possível e remota com os seguintes conceitos:

- **Perda provável:** a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer. Nessa classificação a Entidade constitui provisão para perdas e faz sua devida divulgação nas notas explicativas.
- **Perda possível:** a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, não tem maior que remota. A provisão para perdas não é reconhecida, entretanto, é divulgada nas notas explicativas.
- **Perda remota:** a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena. Não se faz necessário o registro ou divulgação nas notas explicativas

### h. Plano de Gestão Administrativa - PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

#### **4. CUSTEIO ADMINISTRATIVO**

Representa as contribuições realizadas pelas patrocinadoras e participantes para a cobertura das despesas administrativas da Entidade, sendo o percentual de contribuição estabelecido pelos consultores atuariais externos.

As despesas administrativas previdenciais da Entidade são custeadas mensalmente pela patrocinadora, conforme estabelecido anualmente no Plano Anual de Custeio elaborado pelo Atuário Independente e contabilizadas na Gestão Administrativa - Administração Previdencial, e as despesas administrativas de investimentos custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos e registradas na Gestão Administrativa - Administração dos Investimentos.

##### **Rateio das despesas administrativas:**

O rateio das despesas administrativas da gestão previdencial é realizado proporcionalmente ao patrimônio de cada plano. As despesas administrativas da gestão de investimentos são custeadas pelo rendimento das aplicações.

## 5. DISPONÍVEL

Registra as disponibilidades existentes em bancos, reconhecidas por seus valores em moeda nacional.

DESCRIÇÃO	2013	2012
Bancos Conta Movimento (i)	50.324	81
Bancos Conta Investimento	30	14
<b>TOTAL</b>	<b>50.354</b>	<b>95</b>

(i) Saldo remanescente refere-se a recebimento em 31 de dezembro de 2013, relativo à amortização do Déficit contrato a ser aplicado no mês seguinte.

## 6. ATIVO REALIZÁVEL

Registra os valores a receber das patrocinadoras, dos participantes e autopatrocinados relativos às contribuições mensais e os depósitos judiciais que ocorreram em função da necessidade de cumprir decisão judicial:

DESCRIÇÃO	2013			2012
	Fundamental	PAP	Total	
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>1.656</b>	<b>34.028</b>	<b>35.684</b>	<b>89.762</b>
Contribuições a receber	1.471	33.815	35.286	89.597
Contribuições do mês <sup>(1)</sup>	1.471	6.854	8.325	7.547
Déficit Técnico Contratado <sup>(2)</sup>	-	26.961	26.961	82.050
Outros realizáveis	-	-	-	5
Depósitos Judiciais/recursais <sup>(3)</sup>	185	213	398	160
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>192</b>	<b>192</b>	<b>384</b>	<b>353</b>
Contribuições a receber <sup>(1)</sup>	192	192	384	352
Despesas antecipadas	-	-	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>1.848</b>	<b>34.220</b>	<b>36.068</b>	<b>90.115</b>

(1) Refere-se a contribuições de patrocinadoras e participantes a serem liquidadas no mês subsequente.

(2) Em 28 de fevereiro de 2002, a patrocinadora Nestlé Brasil Ltda. firmou compromisso de amortização do valor do déficit técnico acumulado em 31 de dezembro de 2001, por meio de Contrato de Amortização de Reservas Técnicas. O valor do déficit técnico determinado por avaliação atuarial era de R\$ 38.936, sendo amortizado pela Nestlé Brasil Ltda. em 120 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 429, a partir de 5 de abril de 2002. Em setembro de 2012, o Conselho Deliberativo deliberou a unificação do Déficit técnico acumulado - R\$ 66.662 (referente resultado do exercício de 2012) com o saldo do Déficit técnico contratado de R\$ 33.625, resultando no montante de R\$ 100.287. Como o plano apresentava em 31/12/2011 o valor de R\$ 17.465, consignado em fundos previdências, a título de Reversão de Saldo por exigência Regulamento, o Conselho deliberou pela sua utilização para cobertura específica do Déficit Técnico, o que resultou em um Déficit em 31.12.2011 no valor de R\$ 82.822 conforme Contrato de Déficit Técnico acordado em 1º de Abril de 2012. O pagamento do referido Contrato de Dívida se dará através de valor da parcela mensal pelo resultado da aplicação do percentual de 1,95% sobre as folhas brutas de salários das patrocinadoras. O saldo é corrigido mensalmente pelo INPC mais juros de 6% a.a.. Em 30/12/2013 a entidade antecipou o valor de R\$ 50.000 para amortização do saldo. O valor atualizado em 31/12/2013 é R\$ 26.961.

(3) Depósito judicial refere-se a três processos: a) Foram inscritos na dívida ativa dois débitos referentes à insuficiência de pagamento de multa de mora e de juros de mora na competência de 01/07/2001, cujo lançamento ocorreu através do auto de infração nº 4464, para o qual efetuamos o depósito judicial no montante de R\$12 mil. Valor atualizado em R\$ 16 mil; b) Refere-se à cobrança de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ do período 07/2002; 01/2003 e 01/2004, para o qual efetuamos o depósito no montante de R\$ 135 mil em Fevereiro 2011. Valor atualizado em R\$ 169 mil;

c) Refere-se a reclamação de pensão alimentícia à favor de Vera Lúcia viúva do ex-colaborador Martiniano Zapacosta Begnani. Valor atualizado em R\$ 213 mil.

## 7. INVESTIMENTOS

### Parâmetro utilizado para determinação dos valores

Preços unitários informados pelo custodiante conforme manual de marcação a mercado do Banco Bradesco S.A. (Departamento de Ações e Custódia), que é baseado no código de Auto Regulação para fundos de investimentos e nas diretrizes de Marcação a Mercado da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais). Os preços unitários informados levam em consideração as taxas indicativas de mercado secundário divulgado diariamente pela ANBIMA.

### Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.

Todos os investimentos são classificados como títulos para negociação

### Gestão dos investimentos

A gestão dos investimentos é feita pelo BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda., Western Asset Management Company e BTG Pactual Asset Management.

## a. Composição dos investimentos:

DESCRIÇÃO	2013				2012
	Fundamental	PAP	PGA	Total	
Titulos Públicos	61.271	157.591	345	219.207	237.682
Fundos de Investimentos	332.077	852.653	1.326	1.186.056	1.226.546
Investimentos Imobiliários	12.214	23.135	23	35.372	27.962
<b>TOTAL</b>	<b>405.562</b>	<b>1.033.379</b>	<b>1.694</b>	<b>1.440.635</b>	<b>1.492.190</b>

Composição da carteira de títulos de renda fixa e renda variável:

TÍTULOS	2013		2012	
	Valor de Contábil	Valor de Mercado	Valor de Contábil	Valor de Mercado
<b>Carteira própria</b>	<b>219.207</b>	<b>219.207</b>	<b>237.682</b>	<b>237.682</b>
Notas do Tesouro Nacional (NTN-C)	219.207	219.207	237.682	237.682
<b>Fundos de Investimento</b>	<b>1.186.056</b>	<b>1.186.056</b>	<b>1.226.546</b>	<b>1.226.546</b>
Fundo de Investimentos Renda Fixa	946.947	946.947	997.944	997.944
Fundo de Investimento Renda Variável	239.109	239.109	228.602	228.602
<b>TOTAL</b>	<b>1.405.263</b>	<b>1.405.263</b>	<b>1.464.228</b>	<b>1.464.228</b>

## b. Apresentamos a seguir a abertura dos fundos de investimento exclusivos e a classificação por vencimento dos títulos de renda fixa e renda variável que compõem a carteira de investimento da entidade:

TÍTULOS	VALOR			Total	
	Vencimento			2013	2012
	Indeterminado	Até 1 ano	Acima de 1 ano		
<b>Fundos exclusivos</b>	<b>174.691</b>	<b>117.007</b>	<b>1.013.359</b>	<b>1.305.057</b>	<b>1.309.510</b>
Certificado de depósito bancário	-	16.394	-	16.394	18.890
Debêntures	-	6.458	90.107	96.565	72.829
Operações Compromissadas	-	41.283	-	41.283	49.936
Ações em companhias abertas	174.362	-	-	174.362	162.225
DPGE	-	-	2.251	2.251	4.928
Letras Financeiras - LFI	-	950	52.705	53.655	51.422
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.698	18.314	20.012	17.026
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	50.224	630.775	680.999	695.722
Notas do Tesouro Nacional - Série C	-	-	219.207	219.207	237.682
Valores a Pagar/Receber/Caixa	329	-	-	329	(1.150)
<b>Fundos não exclusivos</b>	<b>100.206</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>100.206</b>	<b>154.718</b>
Cotas de fundos de investimento aberto	100.206	-	-	100.206	154.718
<b>Total</b>	<b>274.897</b>	<b>117.007</b>	<b>1.013.359</b>	<b>1.405.263</b>	<b>1.464.228</b>

### c. Composição dos investimentos imobiliários:

DESCRIÇÃO	2013	2012
<b>Investimento Imobiliário</b>		
Terrenos	22.600	6.060
Edificações	12.772	21.902
<b>TOTAL</b>	<b>35.372</b>	<b>27.962</b>

O imóvel localizado na Avenida Henry Nestlé, 300 - Jardim Interlagos, Ribeirão Preto - SP, foi reavaliado em agosto de 2013 pela Consultoria Jones Lang LaSalle, utilizando o método comparativo direto de dados do mercado, conforme os preceitos da NBR 14653 da ABNT. Em novembro de 2013 o a posição contábil era de R\$27.571, o valor da reavaliação foi de R\$35.400, o resultado da reavaliação dos investimentos imobiliário foi de R\$7.829.

### 8. PERMANENTE

O permanente está registrado no Plano de Gestão administrativa e está classificado como Imobilizado e Intangível.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o permanente possui a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2013			2012
	Fundamental	PAP	Total	
Permanente	153	387	540	2
Imobilizado	-	1	1	2
Operacionado Corpóreo	-	1	1	2
Bens Movéis	-	1	1	2
Intangível (1)	153	386	539	-

<sup>(1)</sup> Gastos com implantação de novos planos.

## 9. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Os compromissos do Exigível Operacional são assim demonstrados:

DESCRIÇÃO	2013			2012
	Fundamental	PAP	Total	
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>778</b>	<b>811</b>	<b>1.589</b>	<b>1.526</b>
Benefícios a pagar	19	-	19	64
Repasse para patrocinadora	33	83	116	1
Auxílio Doença	71	-	71	193
Retenções sobre folha benefícios	655	719	1.374	1.201
Outras exigibilidades <sup>(1)</sup>	-	9	9	67
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>47</b>	<b>118</b>	<b>165</b>	<b>146</b>
Obrigações com serviços de terceiros	37	92	129	97
Retenções a recolher	10	26	36	49
<b>Investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14</b>
Relacionados com o disponível	-	-	-	14
<b>TOTAL</b>	<b>825</b>	<b>929</b>	<b>1.754</b>	<b>1.686</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se a recebimento de contribuições de autopatrocinados.

## 10. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

O Exigível contingencial em 2013 e 2012 possui a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2013			2012
	Fundamental	PAP	Total	
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>2.556</b>	<b>850</b>	<b>3.406</b>	<b>1.229</b>
Refere-se à Provisão	2.556	850	3.406	1.229
<b>TOTAL</b>	<b>2.556</b>	<b>850</b>	<b>3.406</b>	<b>1.229</b>

Processo movido por um ex-funcionário da patrocinadora Nestlé Brasil Ltda. demitido por justa causa, onde a Fundação Nestlé de Previdência Privada também foi citada por se tratar de um ex-participante do plano. Esse montante é atualizado pela INPC e refere-se às suplementações não pagas pela FUNEPP no período de Jun/1998 a Out/2006, tendo em vista a não previsão de suplementações em caso de demissões por justa causa, onde o processo encontra-se julgado e ganho pelo participante. O valor será pago após definição judicial. Montante atualizado em 31 de dezembro de 2013 R\$ 2.510. Processo que discute-se judicialmente o direito ao recebimento dos valores correspondentes a "suplementação pré-existente" e "abono anual/especial", na forma do acordo entabulado em 1985, além dos honorários advocatícios. O processo encontra-se em fase de levantamento de documentação após rejeição de conciliação ocorrida em Dezembro/2012. Valor atualizado em 31 de dezembro de 2013 R\$ 46. A reclamação de pensão alimentícia à favor de Vera Lúcia viúva do ex-colaborador Martiniano Zapacosta Begnani. Montante atualizado em R\$ 213. Mandato judicial determinando a retenção de 50% da reserva do aposentado Eudo José Rodrigues. Montante atualizado em dezembro 2013 em R\$ 637.



## 11. PROVISÕES MATEMÁTICAS

- a. As provisões matemáticas foram calculadas pelo Atuário Independente, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas de atuária pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requerido, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.
- (I) Provisões de benefícios concedidos: correspondem ao valor atual dos benefícios futuros para com os Assistidos ou beneficiários pensionistas que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões).
- (II) Provisões de benefícios a conceder: para os benefícios na modalidade de Benefício Definido correspondem à diferença entre o valor atual dos benefícios futuros programados e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras. Para os benefícios na modalidade de Contribuição Definida, correspondem ao Saldo de Contas, parcelas Patrocinadoras e parcelas Participantes.

Descrição	2013			2012
	Fundamental	PAP	Total	
<b>Benefícios concedidos</b>	<b>406.071</b>	<b>684.792</b>	<b>1.090.863</b>	<b>972.632</b>
Benefício definido	406.071	684.792	1.090.863	972.632
<b>Benefícios a conceder</b>	<b>-</b>	<b>717.845</b>	<b>717.845</b>	<b>506.024</b>
Contribuição definida	-	399.806	399.806	400.304
Benefício definido	-	318.039	318.039	105.720
<b>TOTAL</b>	<b>406.071</b>	<b>1.402.637</b>	<b>1.808.708</b>	<b>1.478.656</b>

## b. Premissas e hipóteses atuariais

Hipóteses	2013		2012	
	Fundamental	PAP	Fundamental	PAP
Taxa Real Anual de Juros	5,75%	5,75%	6%	6%
Crescimento Real de Salários	N/A	2%	N/A	2%
Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS	N/A	N/A	N/A	Nula
Crescimento Real dos Benefícios do Plano	N/A	N/A	N/A	N/A
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários	N/A	N/A	N/A	1
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios	0,97	0,97	0,97	0,97
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios do INSS	N/A	N/A	1	1
Geração Futura de Novos Entrados	N/A	N/A	N/A	N/A
Rotatividade	N/A	Prudential*	N/A	Prudential*
Tábua de Mortalidade Geral	IBGE 2010 **	IBGE 2010 **	IBGE 2010 **	IBGE 2010 **
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IBGE 2010	N/A	IBGE 2010	N/A
Tábua de Entrada em Invalidez	N/A	Álvaro Vindas	(1)	Álvaro Vindas
Composição de Família de Pensionistas	N/A	Dados ***	(1)	Dados ***

O indexador do Plano é o INPC do IBGE;

\* Tábua de rotatividade por idade atingida "Prudential", ajustada conforme a média observada no histórico dos Participantes, nos últimos 5 (cinco) anos.

\*\* Ambos os Sexos, com redução de 22% nas taxas anuais de mortalidade.

\*\*\* Dados cadastrais disponibilizados pela Entidade.

<sup>(1)</sup> Apuração do número provável pela da Teoria Coletiva do Risco sobre a observação dos eventos ocorridos nos últimos 36 meses, com uma margem de confiança estatística fixada em 80%.

## c. Evolução

DESCRIÇÃO	2013	Constituição	Saldos em
	31/12/2012		31/12/2013
<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>972.632</b>	<b>118.231</b>	<b>1.090.863</b>
Fundamental	387.272	18.799	406.071
PAP	585.360	99.432	684.792
<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>506.024</b>	<b>211.821</b>	<b>717.845</b>
PAP	506.024	211.821	717.845
<b>TOTAL</b>	<b>1.478.656</b>	<b>330.052</b>	<b>1.808.708</b>

## 12. EQUILÍBRIO TÉCNICO

O resultado previdencial apurado nos exercícios de 2013 e 2012 está apresentado a seguir:

DESCRIÇÃO	Saldos em 2012	Déficit do exercício	Saldos em 2013
<b>Equilíbrio Técnico</b>			
Superávit/(Déficit) Técnico Acumulado	80.411	(398.025)	(317.614)
Fundamental	46.545	(70.918)	(24.373)
PAP	33.866	(327.107)	(293.241)
<b>Total</b>	<b>80.411</b>	<b>(398.025)</b>	<b>(317.614)</b>

### Plano Fundamental

No exercício de 2013 houve uma perda patrimonial de aproximadamente R\$63.000. O resultado negativo decorreu em grande parte pela oscilação da taxa de juros dos títulos públicos federais. Os títulos presentes na carteira de investimento estão marcados a mercado, assim o prazo até o de vencimento do título gera impacto positivo ou negativo pela oscilação dos juros no cálculo do valor presente.

O Déficit Técnico representa 6% das Provisões Matemáticas. De acordo com a Resolução CNPC nº 13, de 04/11/2013, que alterou o Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, como o déficit técnico apurado é inferior a dez por cento das provisões matemáticas, a Entidade, observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial das causas do déficit técnico, deverá elaborar um plano de equacionamento do déficit até o final do exercício subsequente ao da apuração do terceiro resultado deficitário anual consecutivo.

A Entidade promoveu estudo técnico que comprova a aderência da hipótese de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e pagamento de benefícios. O estudo resultou na taxa real anual de juros de 5,75%, que está sendo utilizada nesta Avaliação Atuarial, estando disponível para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

## Plano PAP

No exercício de 2013 houve uma perda patrimonial de aproximadamente R\$120.000. O resultado negativo decorreu em grande parte pela oscilação da taxa de juros dos títulos públicos federais. Os títulos presentes na carteira de investimento estão marcados a mercado, assim o prazo até o de vencimento do título gera impacto positivo ou negativo pela oscilação dos juros no cálculo do valor presente. Adicionalmente, entidade promoveu estudos técnicos que comprovam a aderência da hipótese de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e pagamento de benefícios. O estudo resultou na taxa real anual de juros de 5,75%, que está sendo utilizada nesta Avaliação Atuarial 2013, alterando a taxa anteriormente utilizada de 6%. Esta mudança resultou em impacto financeiro de aproximadamente R\$38.000. Este estudo está disponível para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

Outra razão é a mudança da metodologia de cálculo da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder do benefício da Proporcionalidade de Suplementação de Aposentadoria do extinto Plano Básico estruturado na modalidade BENEFÍCIO DEFINIDO. Até o exercício anterior subtraía-se o valor atual das contribuições vincendas das Patrocinadoras estabelecidas especificamente para estes benefícios do total da Provisão Matemática calculada. Para 2013 passou-se a aplicar a metodologia de Crédito Unitário Projetado. Adicionalmente, a prospecção do direito de Garantia Mínima, conforme artigo 26 do Plano PAP era constituído apenas para efeito de formação de fundo D, conforme determina Nota Técnica Atuarial do Plano aprovada em 1999. A partir

de Avaliação Atuarial de 2013, a entidade passou a constituir reserva integral para pagamento do referido benefício.

No Fundo Previdencial na rubrica Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar está constituído o valor de R\$ 6.009. Tal valor foi formado pelos saldos remanescentes dos Fundos D, E e F, constituídos pelas contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras e não resgatadas ou portadas pelo Participante quando do cancelamento da inscrição, estando prevista a sua constituição na Nota Técnica Atuarial.

Conforme disposto no Artigo 68 do Regulamento, o fundo tem por finalidade cobrir eventuais insuficiências de reservas técnicas, ou outro fim que não contrarie a legislação vigente, de acordo com o Plano Anual de Custeio, aprovado pelo Conselho Deliberativo.

## 13. FUNDOS

São constituídos/revertidos mensalmente, pela apropriação dos saldos nos respectivos programas, representados principalmente pela receita resultante dos investimentos.

**a. Fundo Previdencial** - Constituído com as contribuições do patrocinador, às quais os participantes não tiveram direito por terem se desligado do patrocinador antes de se tornarem elegíveis aos benefícios do Plano. Este fundo tem a finalidade de maximizar a segurança dos benefícios previstos no Plano Fundamental, enquanto que no Plano de Aposentadoria Programada - PAP tem por finalidade cobrir eventuais insuficiências de provisões matemáticas, conforme artigo 68 do Regulamento.

- b.** Fundos Administrativos - Corresponde à parcela ainda não utilizada das receitas destinadas especificamente pelo plano de custeio para a cobertura dos gastos administrativos, acrescidos das respectivas rentabilidades líquidas.

DESCRIÇÃO	Saldos em 2012	Constituição / Reversão	Saldos em 2013
<b>Fundos Previdenciais</b>	<b>18.685</b>	<b>10.205</b>	<b>28.890</b>
Fundamental <sup>(1)</sup>	17.137	5.744	22.881
PAP <sup>(2)</sup>	1.548	4.461	6.009
<b>Fundos Administrativos</b>	<b>1.735</b>	<b>718</b>	<b>2.453</b>
Fundamental	783	412	1.195
PAP	952	306	1.258
<b>TOTAL</b>	<b>20.420</b>	<b>10.923</b>	<b>31.343</b>

<sup>(1)</sup> O Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos decorre das contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras, não consumidas pelos riscos decorridos ou pela formação de Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.

<sup>(2)</sup> O saldo foi formado pelas contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras e não resgatadas ou portadas pelos Participantes quando do cancelamento da inscrição, estando prevista a sua constituição na Nota Técnica Atuarial.

## 14. RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS

### a. Imposto de Renda

1) Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e

o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

2) Em 5 de abril de 2013 foi sancionada a IN nº 1.343, que determina que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar estão desobrigadas de reter o IRRF sobre os pagamentos a título de complementação de aposentadoria, resgates e rateio de patrimônio, correspondente às contribuições efetuadas exclusivamente pelo beneficiário, no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995.

### b. PIS

O PIS é calculado e recolhido com base em 1% sobre a Folha Administrativa.

## 15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

### a. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas da Entidade podem ser assim consideradas: os Participantes, as Patrocinadoras; e seus administradores, compostos pelos Membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva,

assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Entidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve operações com as partes relacionadas acima, além das operações já divulgadas anteriormente (contribuições de participantes e patrocinadoras e pagamentos de benefícios).

### b. Remuneração da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve gastos com remuneração aos seus administradores.

### c. Resolução

A Resolução PREVIC/DC nº 6, de 13 de novembro de 2013, que altera a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e a Instrução PREVIC nº 01, de 12 de abril de 2013, efetua alterações na Planificação Contábil Padrão que produziu efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

## 16. EVENTOS SUBSEQUENTES

1. Em reunião extraordinária conjunta do conselho deliberativo e da diretoria executiva realizada no dia 26 de novembro de 2012, foram apresentados proposta de criação de 02 (dois) novos planos de benefícios, são eles:

- Plano de Aposentadoria Nestlé - PAN: Através da Portaria nº. 30, de 27 de janeiro de 2014, publicada no DOU de 28 de janeiro de 2014, a PREVIC aprovou inscrever sob o n.º 2014.0001-74 no cadastro Nacional de Planos de Benefícios o Plano de Aposentadoria Nestlé - PAN;
- Plano de Aposentadoria Programada II - PAP II: está sobre análise dos órgãos reguladores.

2. Déficit apurado no exercício de 2013:

Em reunião do Conselho Deliberativo de 18/03/2014 foi aprovado equalização do Déficit Técnico do Plano PAP referente ao exercício de 2013 no valor de R\$ 293.241 através de contrato de confissão de dívida a ser celebrado entre a Patrocinadora e FUNEPP e que vigorará a partir de 1º de abril de 2014. O referido contrato contemplará contribuições extraordinárias mensais cujo montante será reavaliado atuarialmente a cada ano.

Para o Plano Fundamental, foi aprovada a manutenção do déficit no resultado do Plano, uma vez que a origem do déficit é de conjuntura econômica e está dentro dos limites previstos na legislação vigente.



# **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores  
da Fundação Nestlé de Previdência Privada - FUNEPP



Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Nestlé de Previdência Privada - FUNEPP (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação Nestlé de Previdência Privada - FUNEPP, aqui denominado de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas por plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Nestlé de Previdência Privada - FUNEPP e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

## ÊNFASE

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, de acordo com a Resolução nº 12, de 19 de agosto de 2013, o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC alterou a forma de apresentação das demonstrações contábeis pela substituição da demonstração das obrigações atuariais do plano de benefícios pela demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

**São Paulo, 27 de março de 2014**

**KPMG Auditores Independentes**

CRC 2SP014428/O-6

**Zenko Nakassato**

Contador CRC 1SP160769/O-0

**Carlos Omar Abdo**

Contador CRC 1SP205629/O-3





**PARECER**  
**ATUARIAL**

PLANO PAP

## **PATROCINADORAS:**

- NESTLÉ BRASIL LTDA.
- ASB BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA.
- CPW BRASIL LTDA.
- DAIRY PARTNERS AMÉRICAS BRASIL LTDA.
- DAIRY PARTNERS AMÉRICAS MANUFACTURING BRASIL LTDA.
- DAIRY PARTNERS AMÉRICAS NORDESTE - PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.
- FUNDAÇÃO NESTLÉ DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – FUNEPP
- NESTLÉ NORDESTE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA.
- NESTLÉ SUDESTE - ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA.
- NESTLÉ SUL – ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA.
- NESTLÉ WATERS BRASIL - BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA.

Data-Base do Cadastro: 30/09/2013

## **1. DO OBJETIVO**

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2013 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2013 e na Demonstração Atuarial (DA 2013).

## **2. DO PLANO**

O Plano de Aposentadoria Programada – PAP foi instituído em 20/01/1999. A última alteração do Regulamento foi efetuada em atendimento à Resolução CGPC nº 19, de 25/09/2006, tendo sido aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, através da Portaria nº 2.071, de 12/02/2008.

## **3. DA BASE CADASTRAL**

O plano foi avaliado sobre os cadastros dos Participantes Ativos e dos Assistidos fornecidos pela Entidade e posicionados em 30/09/2013.

Os salários dos Participantes Ativos informados no cadastro estão reajustados contemplando o valor real dos salários da massa administrativa (após concessão de dissídio em Nov/2013), assim como uma projeção de 7% para reajuste dos salários dos colaboradores do nível gerencial.

A síntese dos cadastros está conforme segue:

	31/12/2012	30/9/2013
<b>Quantidade de Participantes</b>	<b>10.868</b>	<b>11.021</b>
Mulheres	2.873	2.953
Homens	7.995	8.068
Tempo médio de filiação ao plano	11,72 anos	10,71 anos
Salário-Base médio	R\$ 4.499,26	R\$ 4.883,16
Total do Salário-Base	R\$ 48.897.967,06	R\$ 53.817.267,44
<b>Quantidade de Participantes Ativos</b>	<b>10.119</b>	<b>10.429</b>
Idade média	36,41 anos	36,01 anos
<b>Quantidade de Participantes Autopatrocinados</b>	<b>138</b>	<b>181</b>
Idade média	42,23 anos	41,21 anos
<b>Quantidade de Participantes em BPD</b>	<b>222</b>	<b>295</b>
Idade média	39,66 anos	37,20 anos
<b>Quantidade de Participantes em período de opção</b>	<b>389</b>	<b>116</b>
Idade média	32,81 anos	32,53 anos
<b>Quantidade de Assistidos</b>	<b>804</b>	<b>881</b>
<b>Nº de aposentadorias (Renda Mensal Vitalícia)</b>	<b>804</b>	<b>881</b>
Benefício médio	R\$ 4.368,51	R\$ 4.584,02
Idade média	59,54 anos	59,97 anos

Dos 11.021 Participantes temos:

	31/12/2012	30/12/2013
<b>Participantes com direito a proporcionalidade BD</b>	<b>3.698</b>	<b>3.232</b>
Mulheres	683	590
Homens	3.015	2.642
Tempo médio de filiação ao plano	20,88 anos	21,66 anos
Quantidade de Participantes Autopatrocinados	77	89
Idade média dos Participantes Autopatrocinados	46,97 anos	46,54 anos
Folha de Salário de Participação	R\$ 19.577.496,36	R\$ 18.960.141,74
<b>Participantes com direito a Saldo de Fundos</b>	<b>7.170</b>	<b>7.789</b>
Mulheres	2.190	2.363
Homens	4.980	5.426
Tempo médio de filiação ao plano	4,41 anos	4,83 anos
Quantidade de Participantes Autopatrocinados	61	92
Idade média dos Participantes Autopatrocinados	36,25 anos	37,13 anos
Folha de Salário de Participação	R\$ 29.320.470,69	R\$ 34.857.125,70

#### 4. DO BENEFÍCIO, MODALIDADE E REGIME FINANCEIRO

O plano assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, na modalidade de Contribuição Variável, no regime financeiro de Capitalização, pelo método de Capitalização Financeira Individual, sendo operacionalizado em quotas patrimoniais na fase de acumulação de recursos.

Na concessão do benefício, a renda é calculada por fator atuarial sobre o Saldo existente em nome do Participante nos Fundos A, B, C, D, E, F e G, sendo considerado Benefício Definido.

Dos 11.021 Participantes existe o contingente de 3.290 com direito ao benefício de Proporcionalidade da Suplementação de Aposentadoria e que fizeram a migração para o PAP antes de 31/03/1999, conforme disposto no Artigo 71 do regulamento, na modalidade Benefício Definido.

Nesta avaliação foi alterada a metodologia de cálculo da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder para o benefício de Proporcionalidade da Suplementação de Aposentadoria. O regime financeiro utilizado é de Capitalização, pelo método de Crédito Unitário Projetado.

O plano assegura ainda, uma garantia mínima para o valor da Renda Mensal Vitalícia, conforme disposto no Artigo 26 do Regulamento, na modalidade Benefício Definido. Para o atendimento financeiro da garantia mínima foi calculado para cada Participante, no regime financeiro de Capitalização Plena, o valor necessário que será alocado na data do requerimento do benefício de Renda Mensal, considerando o número de meses já contribuído com 4%, os saldos dos Fundos A e D e a projeção salarial. Os valores encontrados estão consignados na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.

#### 5. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

**5.1** O benefício de Renda Mensal Vitalícia, na fase de acumulação de recursos não exige a assunção de nenhuma premissa ou hipótese atuarial, dado tratar-se de Capitalização Financeira Individual e operacionalizado em quotas patrimoniais.

Desta forma, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, em 31/12/2013, corresponde ao somatório dos Saldos dos Fundos A, B, C, D, E, F e G, constituído em nome dos Participantes.

Portanto, em 31/12/2013 a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – Contribuição Definida corresponde ao somatório dos Saldos dos Fundos, que está composto conforme segue:

Saldo dos Fundos em 31/12/2013		Valores em reais
Patrocinadoras	Fundo D	180.289.275,29
	Fundo E	2.289.943,51
	Fundo F	2.654,58
	<b>Total Patrocinadoras</b>	<b>182.581.873,38</b>
Participantes	Fundo A	181.729.768,56
	Fundo B	22.875.181,54
	Fundo C	6.479.200,51
	Fundo D + E (Autopatrocinados)	1.390.619,68
	Fundo F + G	4.752.538,40
	A conciliar	(3.271,75)
<b>Total Participantes</b>	<b>217.224.036,94</b>	
<b>TOTAL DE BENEFÍCIOS A CONCEDER - CD</b>		<b>399.805.910,32</b>

**5.2** As premissas e hipóteses atuariais são utilizadas somente no cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos e no cálculo da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder do contingente de Participantes com direito à Proporcionalidade da Suplementação de Aposentadoria que fizeram a migração para o PAP antes de 31/03/1999 (Artigo 71 do Regulamento), bem como para a garantia mínima da Renda Mensal Vitalícia estabelecida no Artigo 26 do Regulamento.

**5.3** Em relação à Avaliação Atuarial do exercício de 2012 foi efetuada alteração somente na premissa financeira Taxa Real Anual de Juros de 6% para 5,75%.

**5.4** Premissas e Hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial:

**5.4 .1. Indexador do Plano  
(Reajuste dos Benefícios)**

Valor: **INPC (IBGE)**

Quantidade esperada no exercício encerrado: **6,03**

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **5,56**

Quantidade esperada no exercício seguinte: **5,83**

Divergência entre esperado e ocorrido:  
Conjuntura Econômica.

Justificativa: Conjuntura Econômica.

**5.4 .2. Taxa Real Anual de Juros**

Valor: **5,75%**

Quantidade esperada no exercício encerrado: **6,00%**

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **-7,40%**

Quantidade esperada no exercício seguinte: **5,75%**

Divergência entre esperado e ocorrido:  
Conjuntura econômica.

Justificativa: Conjuntura econômica.

**5.4.3. Projeção de Crescimento  
Real de Salário**

Valor: **2%**

Quantidade esperada no exercício encerrado: **2%**

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **2%**

Quantidade esperada no exercício seguinte: **2%**

Divergência entre esperado e ocorrido: Não houve.

Justificativa: Tendência a médio e em longo prazo, determinada pela política de remuneração de recursos humanos das Patrocinadoras.

**5.4.4. Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo do Benefício Entidade:**

Valor: **0,97**

Quantidade esperada no exercício encerrado: **0,97**

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **0,97**

Quantidade esperada no exercício seguinte: **0,97**

Divergência entre esperado e ocorrido: Não houve.

Justificativa: Reajuste do benefício, uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial média de 3% ao ano, em um cenário, de inflação em longo prazo, de 6% ao ano.

**5.4.5. Hipótese sobre rotatividade  
(Percentual)**

Valor: **Prudential ajustada**

Justificativa: Tábua de rotatividade por idade atingida "Prudential", ajustada conforme a média observada no histórico dos Participantes, nos últimos 5 (cinco) anos.

**5.4.6. Tábua de Entrada em Invalidez**

Valor: **Alvaro Vindas**

Quantidade esperada no exercício encerrado: **10,12**

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **11,00**

Quantidade esperada no exercício seguinte: **10,31**

Divergência entre esperado e ocorrido: Não houve.



Justificativa: Tábua fixada como mínima para os planos abertos de previdência complementar.

#### **5.4.7. Tábua de Mortalidade Geral**

Valor: **BRASIL IBGE 2010, Ambos os sexos, suavizada em 22%.**

Quantidade esperada no exercício encerrado: **8,51**

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **8,00**

Quantidade esperada no exercício seguinte: **9,69**

Divergência entre esperado e ocorrido: Não houve

Justificativas:

- a)** A projeção de longevidade dos Pensionistas está adequada à respectiva massa, cujas expectativas de vida completa são superiores as resultantes da aplicação da Tábua AT-83, atendendo ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.
- b)** Tábua aprovada pelo Decreto No 3.266, de 29/11/1999.
- c)** Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.
- d)** Tábua representativa da população brasileira.
- e)** Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de lucros operacionais.
- f)** Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.
- g)** A margem de segurança de 22% foi estabelecida em razão da pressuposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à população geral brasileira.

#### **5.5 Premissas e Hipóteses não utilizadas na Avaliação Atuarial:**

**5.5.1.** Fator de Determinação do Valor Real ao longo do tempo dos Benefícios do INSS

**5.5.2.** Fator de Determinação do Valor Real ao longo do Tempo dos Salários

**5.5.3.** Hipótese de Entrada em Aposentadoria

**5.5.4.** Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas

**5.5.5.** Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados

**5.5.6.** Projeção de Crescimento Real do maior Salário de Benefícios do INSS

**5.5.7.** Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano

**5.5.8.** Tábua de Mortalidade de Inválidos

**5.5.9.** Tábua de Morbidez

Observação:

Composição de Família de Pensionistas

Dados cadastrais disponibilizados pela Entidade.

#### **6. DA "DURATION" DO PASSIVO**

A "Duration" do passivo corresponde a 128 (cento e vinte e oito) meses e representa o prazo médio dos pagamentos dos benefícios estruturados na modalidade de benefício definido ponderado pela importância de cada fluxo anual, considerando as variações de valor do dinheiro ao longo do tempo.

## 7. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

A avaliação atuarial em 31/12/2013 determinou o valor das Provisões Matemáticas e os Fundos Previdenciais conforme abaixo.

Desta forma, o Patrimônio Social está composto no encerramento dos exercícios findos em 31/12/2012 e 31/12/2013, conforme segue:

Valores em Reais

	31/12/2012	31/12/2013	Varição em %
<b>Patrimônio Social</b>	<b>1.127.749.961,24</b>	<b>1.116.662.640,33</b>	<b>-0,98%</b>
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>1.125.249.607,85</b>	<b>1.109.396.437,43</b>	<b>-1,41%</b>
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>1.091.383.891,38</b>	<b>1.402.636.913,22</b>	<b>28,52%</b>
<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>585.359.430,63</b>	<b>684.791.946,42</b>	<b>16,99%</b>
<b>Contribuição Definida</b>	-	-	-
<b>Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização</b>	<b>585.359.430,63</b>	<b>684.791.946,42</b>	<b>16,99%</b>
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	585.359.430,63	684.791.946,42	16,99%
Renda Mensal Vitalícia	585.359.430,63	684.791.946,42	16,99%
<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>506.024.460,75</b>	<b>717.844.966,80</b>	<b>41,86%</b>
<b>Contribuição Definida</b>	<b>400.303.954,73</b>	<b>399.805.910,32</b>	<b>-0,12%</b>
Saldo de Contas – Parcela Patrocinadoras	183.941.123,23	182.581.873,38	-0,74%
Saldo de Contas – Parcela Participantes	216.362.831,50	217.224.036,94	0,40%
<b>Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização Programado</b>	<b>105.720.506,02</b>	<b>318.039.056,48</b>	<b>200,83%</b>
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	353.572.471,50	358.012.330,04	1,26%
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	247.851.965,48	39.973.273,56	-83,87%
<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>33.865.716,47</b>	<b>(293.240.475,79)</b>	<b>-965,89%</b>
Reserva de Contingência	33.865.716,47	-	-100,00%
(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(293.240.475,79)	-
<b>Fundos</b>	<b>2.500.353,39</b>	<b>7.266.202,90</b>	<b>190,61%</b>
<b>Fundos Previdenciais</b>	<b>1.548.268,55</b>	<b>6.008.875,43</b>	<b>288,10%</b>
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	1.548.268,55	6.008.875,43	288,10%
<b>Fundos Administrativos</b>	<b>952.084,84</b>	<b>1.257.327,47</b>	<b>32,06%</b>

## 8. DO CUSTEIO DO PLANO PARA O PERÍODO DE 01/04/2014 A 31/03/2015

A Avaliação Atuarial determinou o Plano de Custeio para o período de 01/04/2014 a 31/03/2015 conforme segue:

### 8.1 Benefício de Renda Mensal Vitalícia.

Os benefícios concedidos são custeados mensalmente pelo rendimento financeiro e exaustão dos recursos garantidores, que dá cobertura a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

### 8.2 Benefício de Proporcionalidade da Suplementação de Aposentadoria assegurada aos Participantes que fizeram a migração para o PAP antes de 31/03/1999 (Artigo 71 do Regulamento).

- a) Patrocinadoras: Contribuição mensal de valor igual a 0,82% sobre o Total do Salário-Base (SB) dos Participantes do Plano Fundamental vinculados às Patrocinadoras pelo contrato de trabalho.
- b) Autopatrocinados inscritos na Funepp antes de 01/01/1999: Contribuição mensal de valor igual a 0,82% sobre o Salário-Base.

A contribuição de 0,82%, para efeitos de controle operacional, será creditada no Fundo Coletivo No 2.

### 8.3. Benefício da garantia mínima de Renda Mensal estabelecida no Artigo 26 do Regulamento.

- a) Patrocinadoras: Contribuição mensal de valor igual a 2,11% sobre o Total do Salário-Base (SB) dos Participantes do Plano Fundamental vinculados às Patrocinadoras pelo contrato de trabalho.
- b) Autopatrocinados: Contribuição mensal de valor igual a 2,11% sobre o Salário-Base.

A contribuição de 2,11%, para efeitos de controle operacional, será creditada no Fundo Coletivo No 2.

### 8.4. Formação da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder para a parte predominante do Plano, estruturada na forma de Contribuição Variável:

#### 8.4.1. Participantes Contribuintes

- 8.4.1.1. Contribuição Básica** mensal de percentual livremente escolhido entre 1%, 2%, 3% ou 4% sobre o seu salário-base, para crédito no Fundo A.
- 8.4.1.2. Contribuição Adicional** mensal de percentual livremente escolhido entre 0%, 1%, 2%, 3%, 4%, 5% ou 6% sobre o seu salário-base, para crédito no Fundo B.
- 8.4.1.3. Contribuição Esporádica** de valor livremente determinado, para crédito no Fundo C.

#### 8.4.2. Patrocinadoras

- 8.4.2.1. Contribuição mensal** de valor igual à Contribuição Básica mensal do Participante Contribuinte, que mantém vínculo de emprego, para crédito no Fundo D do Participante.

**8.4.2.2. Contribuição mensal** de valor igual a 10% de Contribuição Adicional mensal do Participante Contribuinte, que mantém vínculo de emprego, para crédito no Fundo E do Participante.

**8.4.2.3. Contribuição Adicional**, voluntária e livremente determinada pelas Patrocinadoras, para crédito no Fundo F do Participante.

### **8.4.3. Participantes Contribuintes Autopatrocinados**

**8.4.3.1.** Contribuição Básica, Adicional e Esporádica, de forma igual à estabelecida para o Participante com vínculo de emprego com as Patrocinadoras.

**8.4.3.2.** Contribuição mensal correspondente a Contribuição devida pelas Patrocinadoras conforme subitem 8.4.2.1.

**8.4.3.3.** Contribuição mensal correspondente a Contribuição devida pelas Patrocinadoras conforme subitem 8.4.2.2.

### **8.5. Contribuições Contratadas (Contrato consignado no Ativo - Conta 1211.04)**

**a)** Patrocinadoras: Contribuição Extraordinária mensal de valor igual a 1,95% sobre o Salário-Base (SB) de cada Participante vinculado às Patrocinadoras pelo contrato de trabalho.

**b)** Autopatrocinados: Contribuição Extraordinária mensal de valor igual a 1,95% sobre o Salário-Base.

### **8.6. Amortização do Déficit Técnico de 2013 (Provisões Matemáticas a Constituir – Déficit Técnico Equacionado a ser consignado no Passivo)**

**a)** Patrocinadoras: Contribuição Extraordinária mensal de valor igual a 4,89% sobre o Salário-Base (SB) de cada Participante vinculado às Patrocinadoras pelo contrato de trabalho.

**b)** Autopatrocinados: Contribuição Extraordinária mensal de valor igual a 4,89% sobre o Salário-Base.

### **8.7. Despesas Administrativas**

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

#### **8.7.1. Participantes**

Nada contribuem.

#### **8.7.2. Assistidos e Pensionistas**

Nada contribuem.

#### **8.7.3. Autopatrocinados**

3,5% sobre a contribuição efetuada conforme estabelecido no subitem 8.4.3.

#### **8.7.4. Vinculados**

R\$ 15,00 (quinze reais) a cada mês, a ser debitado do Saldo dos Fundos.

#### **8.7.5. Patrocinadoras**

Contribuição mensal de valor igual a 0,30% sobre o Salário-Base (SB) de cada Participante a elas vinculado pelo contrato de trabalho.

## 8.8 Fonte de Custeio - Prevista

A arrecadação anual prevista para o período de 01/04/2014 a 31/03/2015 está assim composta:

Fonte de Custeio		% sobre SB	Contribuição Anual (em Reais)
<b>Participantes</b>	<b>Normal CD</b>	<b>3,60%</b>	<b>26.417.974,31</b>
<b>Patrocinadoras</b>	Normal CD	2,50%	18.345.815,50
	Normal BD	2,93%	21.519.919,61
	Extraordinária DT 2012	1,95%	14.309.736,09
	Extraordinária DT 2013	4,89%	35.903.950,05
	Administração	0,30%	2.201.497,86
	<b>Total</b>	<b>12,58%</b>	<b>92.280.919,10</b>
<b>TOTAL</b>		<b>16,18%</b>	<b>118.698.893,41</b>

Total dos Salários-Base (SB) utilizado na determinação do custeio: R\$ 61.152.718,32, que representa o Total do Salário-Base (SB) dos 17.862 Participantes vinculados às Patrocinadoras pelo contrato de trabalho, existentes em 30/09/2013 no Plano Fundamental.

## 8.9. Utilização do Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar:

No Fundo Previdencial na rubrica Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar está constituído o valor de R\$ 6.008.875,43.

Conforme disposto no Artigo 68 do Regulamento, o Conselho Deliberativo deverá dispor sobre a utilização dos recursos existentes, para cobertura de parte da insuficiência patrimonial.

### **8.10. Utilização de destinação de Reserva Especial – Patrocinadora, Participantes e Assistidos.**

O plano não possui Reserva Especial.

## **9. PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO**

### **9.1. Evolução dos Custos do exercício seguinte em relação ao exercício anterior**

O custo evoluiu em razão da alteração da metodologia de cálculo, bem como em virtude da perda patrimonial.

### **9.2. Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado, em relação aos valores da avaliação anterior**

- A variação ocorrida na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos foi decorrente da concessão dos benefícios, bem como da alteração da taxa real anual de juros, de 6% para 5,75%.
- Em relação à Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – Contribuição Definida, a variação decorre das contribuições efetuadas pelos Participantes e Patrocinadoras, acrescidas da rentabilidade, e a devida dedução dos Saldos de Conta dos participantes que requereram o benefício de Renda Mensal Vitalícia.
- Quanto à Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – Benefício Definido, a variação decorre da alteração na metodologia de cálculo.

### **9.3. Principais Riscos Atuariais a que considera que o grupo de custeio está exposto, apresentando possíveis medidas para sua mitigação.**

O grupo de custeio está exposto aos riscos de aumento da sobrevivência, bem como de eventual rendimento dos investimentos inferior à meta atuarial.

### **9.4. Soluções para restabelecer a insuficiência de cobertura dos grupos de custeio nos quais for constatada sua insuficiência**

**9.4.1.** Na rubrica Contribuições Contratadas (conta 1211.04) consta o saldo de R\$ 26.960.799,62, referente ao Contrato “Instrumento Particular de Assunção e Parcelamento de Dívida”, no valor de R\$ 82.821.879,77, firmado em 01/04/2012, pelas Patrocinadoras.

A cobertura do Déficit Técnico, realizada pelo Instrumento Particular está sendo amortizada pelas Patrocinadoras, através de contribuições extraordinárias mensais correspondentes a 1,95% sobre o Salário-Base (SB) de cada Participante vinculado às Patrocinadoras pelo contrato de trabalho, em um prazo de 8 anos e 9 meses, ou seja, 105 meses, contados a partir de 01/04/2012.

O prazo de amortização de 105 meses corresponde ao somatório do produto de cada tempo de serviço futuro pela projeção do valor do benefício programado dos participantes ativos, sendo este valor dividido pelo somatório do valor do benefício programado dos participantes ativos, com

direito ao benefício de proporcionalidade da Suplementação de Aposentadoria que fizeram a migração para o PAP antes de 31/03/1999, conforme disposto no Artigo 71 do regulamento, na modalidade Benefício Definido.

**9.4.2.** Para a cobertura do Déficit Técnico de 2013 as Patrocinadoras e Autopatrocinados estarão efetuando uma Contribuição Extraordinária mensal de valor igual a 4,89% sobre o total dos Salários-Base, pelo prazo de 96 (noventa e seis) meses. O prazo equivale ao somatório do produto de cada tempo de serviço futuro pela projeção do valor do benefício programado dos participantes ativos, sendo o resultado dividido pelo somatório do valor do benefício programado dos participantes ativos.

## **10. PARECER ATUARIAL DO PLANO**

### **10.1. Qualidade da base cadastral**

Os cadastros foram submetidos a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e de valores, podendo ser considerados consistentes em relação ao cadastro do exercício anterior.

### **10.2. Constituição dos Fundos Previdenciais**

No Fundo Previdencial na rubrica Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar está constituído o valor de R\$ 6.008.875,43. Tal valor foi formado pelos saldos remanescentes dos Fundos D, E e F, constituídos pelas contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras e não resgatadas ou portadas pelo Participante quando do cancelamento da inscrição, estando prevista a sua constituição na Nota Técnica Atuarial.

Conforme disposto no Artigo 68 do Regulamento, o fundo tem por finalidade cobrir eventuais insuficiências de reservas técnicas, ou outro fim que não contrarie a legislação vigente, de acordo com o Plano Anual de Custeio, aprovado pelo Conselho Deliberativo.

### **10.3. Variação do Resultado Superavitário ou Deficitário no exercício encerrado, apontando causas mais prováveis**

No exercício de 2013 houve uma perda patrimonial de aproximadamente 120 milhões de reais. O resultado negativo decorreu em grande parte pela oscilação da taxa de juros dos títulos públicos federais. Os títulos presentes na carteira de investimento estão marcados a mercado, assim o prazo até o de vencimento do título gera impacto positivo ou negativo pela oscilação dos juros no cálculo do valor presente.

Outra razão é a mudança da metodologia de cálculo da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder do benefício da Proporcionalidade de Suplementação de Aposentadoria do extinto Plano Básico e da garantia mínima da Renda Mensal Vitalícia estruturado na modalidade Benefício Definido. Até o exercício anterior subtraía-se o valor atual das contribuições vincendas das Patrocinadoras estabelecidas especificamente para estes benefícios do total da Provisão Matemática calculada.

### **10.4. Natureza do resultado Conjuntural ou Estrutural**

Conjuntural e Estrutural.

### **10.5. Soluções para o equacionamento de Déficit Técnico**

O Conselho Deliberativo utilizando a faculdade prevista no Artigo 68 do Regulamento deverá deliberar pela utilização do saldo de R\$ 6.008.875,43 existente em 31/12/2013, na conta Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar para cobertura do Déficit Técnico.

Com a utilização do valor, o Déficit Técnico de R\$ 293.240.475,79 resultará em R\$ 287.231.600,36, que será equacionado através de Contribuições Extraordinárias mensais de valor igual a 4,89% sobre o total dos Salários-Base, a serem efetuadas pelas Patrocinadoras e Autopatrocinados, a partir de 01/04/2014.

### **10.6. Adequação dos métodos de financiamento**

O método de financiamento está perfeitamente adequado.

### **10.7. Aderência da Taxa Real Anual de Juros**

A Entidade promoveu estudos técnicos que comprovam a aderência da hipótese de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e pagamento de benefícios. O estudo resultou na taxa real anual de juros de 5,75%, que está sendo utilizada nesta Avaliação Atuarial, estando disponível para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

### **10.8. Aderência da Tábua biométrica**

A Entidade promoveu estudo técnico para comprovar a aderência entre o comportamento demográfico da massa de participantes e assistidos vinculados ao plano e a tábua biométrica utilizada. O estudo está disponível para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

## **11. FATOS RELEVANTES**

**11.1.** Em 01/03/2013 a Entidade protocolou junto à PREVIC o Processo de Alteração do Regulamento deste Plano de Aposentadoria Programada - PAP, sob Nº de Comando Protocolo PREVIC/362508031/2013, que em suma, aperfeiçoa o texto para maior clareza e compreensão, e bloqueia a adesão de novos participantes.

O bloqueio de adesão deve-se ao fato de que a Entidade protocolou junto à PREVIC em 28/02/2013 o Processo de Criação de novo plano de benefícios, denominado PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN, a ser oferecido a todos os empregados. O plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, onde o valor da renda mensal corresponderá a um percentual definido pelo Participante, incidente sobre o saldo de conta.

A aprovação do PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN se deu através da Portaria nº 30, de 27/01/2014, da Diretoria de Análise Técnica da PREVIC, publicada no DOU de 28/01/2014, estando o plano inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB sob o nº 2014.0001-74.



**11.2.** Ainda, em 01/03/2013 a Entidade protocolou junto à PREVIC o Processo de Criação de novo plano de benefícios, sob N° de Comando Protocolo PREVIC/362507799/2013, denominado PLANO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA II - PAP II.

O PAP II é instituído sob a modalidade de Contribuição Variável, onde o valor da renda mensal corresponderá a um percentual definido pelo Participante, incidente sobre o salde de conta.

Este novo plano será oferecido como alternativa aos atuais Participantes e Assistidos do Plano de Aposentadoria Programada – PAP e aos Assistidos do Plano Fundamental, mediante regular processo de migração, marcado pela voluntariedade.

Os Participantes que desejarem migrar terão seus saldos de conta ou reservas matemáticas calculadas atuarialmente transferidas dos planos de origem para o PAP II, e doravante servirão de base de cálculo da renda mensal financeira.

Dado que a migração será facultativa, os participantes que não tiverem interesse permanecerão vinculados aos seus planos, sem alteração de status e sem solução de continuidade.

**SÃO PAULO, 12 DE MARÇO DE 2014.**

---

**Magda Tsuê Massimoto Ardisson**

Atuário – MTPS GB - 462

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA  
ATUARIAL S/S LTDA.



**PARECER**  
**ATUARIAL**  
PLANO FUNDAMENTAL

## PATROCINADORAS:

- NESTLÉ BRASIL LTDA.
- ASB BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA.
- CPW BRASIL LTDA.
- DAIRY PARTNERS AMÉRICAS BRASIL LTDA.
- DAIRY PARTNERS AMÉRICAS MANUFACTURING BRASIL LTDA.
- DAIRY PARTNERS AMÉRICAS NORDESTE - PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.
- FUNDAÇÃO NESTLÉ DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – FUNEPP
- NESTLÉ NORDESTE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA.
- NESTLÉ SUDESTE - ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA.
- NESTLÉ SUL – ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA.
- NESTLÉ WATERS BRASIL - BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA.

Data-Base do Cadastro: 30/09/2013

## 1. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2013 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2013 e na Demonstração Atuarial (DA 2013).

## 2. DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O Plano Fundamental foi instituído em 20/01/1999. A última alteração do Regulamento foi efetuada em atendimento à LC 109/2001, tendo sido aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar através do Ofício nº 573/SPC/DETEC/CGAT, de 03/08/2005.

## 3. DA BASE CADASTRAL

**3.1.** O plano foi avaliado sobre os cadastros dos Participantes Ativos, Autopatrocinaados e Assistidos, posicionados na data-base 30/09/2013 e fornecidos pela Entidade. A síntese dos cadastros está conforme segue:

	31/12/2012	30/09/2013
<b>Quantidade de Participantes Ativos</b>	<b>17.273</b>	<b>17.864</b>
Mulheres	4.125	4.271
Homens	13.148	13.593
Tempo médio de filiação ao plano	6,34 anos	6,81 anos
Salário-Base médio	R\$ 3.142,90	R\$ 3.424,03
Total do Salário-Base	R\$ 54.287.347,19	R\$ 61.166.783,29
Quantidade de Autopatrocinaados	3	2
Idade média dos Autopatrocinaados	41,80 anos	49,40 anos
Total do Salário-Base	R\$ 32.747,60	R\$ 14.064,97
<b>Quantidade de Assistidos</b>	<b>1.033</b>	<b>1.016</b>
<b>Nº de aposentadorias</b>	<b>570</b>	<b>559</b>
Benefício médio	R\$ 3.816,55	R\$ 4.075,85
Idade média	72,70 anos	73,62 anos
<b>Nº de aposentadorias por invalidez</b>	<b>116</b>	<b>109</b>
Benefício médio	R\$ 944,36	R\$ 1.013,52
Idade média	58,85 anos	58,63 anos
<b>Nº de pensões</b>	<b>347</b>	<b>348</b>
Benefício médio	R\$ 2.485,35	R\$ 2.632,08
Idade média	70,56 anos	69,50 anos

Total do Salário-Base (SB) dos 17.862 Participantes vinculados às Patrocinadoras pelo contrato de trabalho: R\$ 61.152.718,32.

**3.2.** O benefício de Aposentadoria é restrito aos Assistidos e Pensionistas que já possuíam essa condição anteriormente ao início de vigência deste Plano Fundamental (Pré-Funepp e Extinto Plano Básico). A partir de 20/01/1999 os benefícios de prestação continuada restringem-se a Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte.

O cadastro dos Assistidos e os Pensionistas estão assim compostos:

Origem	Tipo de Benefício	Em 30/09/2012			Em 30/09/2013		
		Quantidade	Idade média	Benefício mensal (em Reais)	Quantidade	Idade média	Benefício mensal (em Reais)
PRÉ-FUNEPP	Aposentadoria	94	81,91 anos	375.901,78	89	82,76 anos	406.904,75
	Pensão por Morte	121	80,99 anos	359.295,47	118	81,57 anos	352.532,87
EXTINTO PLANO BÁSICO	Aposentadoria	476	70,88 anos	1.799.533,55	470	71,89 anos	1.871.499,98
	Aposentadoria por Invalidez	79	61,92 anos	51.003,50	71	61,75 anos	50.881,26
	Pensão por Morte	98	69,78 anos	123.125,41	96	64,09 anos	129.885,64
FUNDAMENTAL	Aposentadoria por Invalidez	37	52,30 anos	58.542,30	38	52,79 anos	59.591,87
	Pensão por Morte	128	61,30 anos	379.997,27	134	62,74 anos	433.545,21
<b>Total</b>	<b>Aposentadoria</b>	<b>570</b>	<b>72,70 anos</b>	<b>2.175.435,33</b>	<b>559</b>	<b>73,62 anos</b>	<b>2.278.404,73</b>
	<b>Aposentadoria por Invalidez</b>	<b>116</b>	<b>58,85 anos</b>	<b>109.545,80</b>	<b>109</b>	<b>58,63 anos</b>	<b>110.473,13</b>
	<b>Pensão por Morte</b>	<b>347</b>	<b>70,56 anos</b>	<b>862.418,15</b>	<b>348</b>	<b>69,50 anos</b>	<b>915.963,72</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>1.033</b>		<b>3.147.399,28</b>	<b>1.016</b>		<b>3.304.841,58</b>

#### 4. DOS BENEFÍCIOS, MODALIDADE E REGIME FINANCEIRO.

Benefício	Modalidade	Regime Financeiro
Aposentadoria por Invalidez	Benefício Definido	Repartição de Capital de Cobertura
Pensão por Morte	Benefício Definido	Repartição de Capital de Cobertura
Auxílio-Doença	Benefício Definido	Repartição Simples
Pecúlio por Morte	Benefício Definido	Repartição Simples

Neste Plano Fundamental, dado o regime financeiro utilizado não há constituição da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.

No Plano Fundamental estão incluídos os Assistidos e os Pensionistas do antigo Plano Básico e Pré-Funepp, massa fechada onde não existe adesão de novos participantes, cuja provisão está determinada pelo regime financeiro de Capitalização.

## 5. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

**5.1.** O custo dos benefícios foi determinado pela Teoria Coletiva do Risco, elaborado a partir da observação estatística dos eventos, morte, invalidez e doença, ocorridos nos últimos 36 meses, utilizando uma margem de confiança estatística fixada em 80%.

A utilização desta técnica tende a custos estáveis desde que não haja grandes alterações na pirâmide etária dos Participantes e na relação numérica entre Ativos e Assistidos.

**5.2.** As premissas e hipóteses atuariais são utilizadas somente no cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

Em relação ao exercício de 2012 houve alteração da hipótese financeira referente à Taxa Real Anual de Juros, alterada de 6% para 5,75%.

**5.3.** Premissas e Hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial:

### **5.3.1. Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)**

Valor: **INPC (IBGE)**

Quantidade esperada no exercício encerrado: **6,03**

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **5,56**

Quantidade esperada no exercício seguinte: **5,83**

Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura Econômica.

Justificativa: Conjuntura Econômica.

### **5.3.2. Taxa Real Anual de Juros**

Valor: **5,75%**

Quantidade esperada no exercício encerrado: **6,00%**

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **-7,40%**

Quantidade esperada no exercício seguinte: **5,75%**

Divergência entre esperado e ocorrido:  
Conjuntura econômica.

Justificativa: Conjuntura econômica.

### **5.3.3. Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo do Benefício Entidade:**

Valor: **0,97**

Quantidade esperada no exercício encerrado: **0,97**

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **0,97**

Quantidade esperada no exercício seguinte: **0,97**

Divergência entre esperado e ocorrido: Não houve.

Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial média de 3% ao ano, em um cenário de inflação, em longo prazo, de 6% ao ano.

### **5.3.4. Tábua de Mortalidade de Inválidos**

Valor: **BRASIL IBGE 2010, Ambos os sexos.**

Quantidade esperada no exercício encerrado: **1,96**

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **2,00**

Quantidade esperada no exercício seguinte: **1,69**

Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.

Justificativa: Tábua representativa da população brasileira, onde a projeção de longevidade dos Assistidos está adequada à respectiva massa.

### 5.3.5. Tábua de Mortalidade Geral

Valor: **BRASIL IBGE 2010, Ambos os sexos, suavizada em 22%.**

Quantidade esperada no exercício encerrado: **30,00**

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **29,00**

Quantidade esperada no exercício seguinte: **29,42**

Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.

Justificativas:

- A projeção de longevidade dos Pensionistas está adequada à respectiva massa, cujas expectativas de vida completa são superiores as resultantes da aplicação da tábua AT-83, atendendo ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.
- Tábua aprovada pelo Decreto No 3.266, de 29/11/1999.
- Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.
- Tábua representativa da população brasileira.
- Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de lucros operacionais.
- Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.

- A margem de segurança de 22% foi estabelecida em razão da pressuposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à população geral brasileira.

### 5.4. Premissas e Hipóteses não utilizadas na Avaliação Atuarial:

- 5.4.1. Fator de Determinação do Valor Real ao longo do tempo dos Benefícios do INSS
- 5.4.2. Fator de Determinação do Valor Real ao longo do Tempo dos Salários
- 5.4.3. Hipótese de Entrada em Aposentadoria
- 5.4.4. Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas
- 5.4.5. Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados
- 5.4.6. Hipótese sobre rotatividade (Percentual)
- 5.4.7. Projeção de Crescimento Real de Salário
- 5.4.8. Projeção de Crescimento Real do maior Salário de Benefícios do INSS
- 5.4.9. Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano
- 5.4.10. Tábua de Entrada em Invalidez
- 5.4.11. Tábua de Morbidez

## **Observações:**

Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas

### Para Benefícios Concedidos:

Dados cadastrais disponibilizados pela Entidade.

Para o cálculo do custo da Suplementação da Pensão por Morte.

Hipótese assumida: Apuração do número provável de pensões, a partir da aplicação da Teoria Coletiva do Risco sobre a observação dos eventos ocorridos nos últimos 36 meses, com uma margem de confiança estatística fixada em 80%.

Justificativa: Adequação do custo à realidade histórica.

## **6. DA "DURATION" DO PASSIVO**

A "Duration" do passivo corresponde a 98 (noventa e oito) meses e representa o prazo médio dos pagamentos dos benefícios estruturados na modalidade de benefício definido ponderado pela importância de cada fluxo anual, considerando as variações de valor do dinheiro ao longo do tempo.

## **7. DO PATRIMÔNIO SOCIAL**

A avaliação atuarial realizada na data-base de 31/12/2013 determinou os valores das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais conforme abaixo.

O Patrimônio Social no encerramento dos exercícios findos em 31/12/2012 e 31/12/2013 está composto conforme segue:

## Valores em Reais

	31/12/2012	31/12/2013	Varição em %
<b>Patrimônio Social</b>	<b>451.737.269,37</b>	<b>405.774.198,89</b>	<b>-10,17%</b>
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>433.817.992,15</b>	<b>381.697.311,81</b>	<b>-12,01%</b>
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>387.272.568,43</b>	<b>406.070.907,44</b>	<b>4,85%</b>
<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>387.272.568,43</b>	<b>406.070.907,44</b>	<b>4,85%</b>
<b>Contribuição Definida</b>	-	-	-
<b>Benefício Definido estruturado em regime de Capitalização</b>	<b>387.272.568,43</b>	<b>406.070.907,44</b>	<b>4,85%</b>
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	267.487.062,31	277.031.547,88	3,57%
Aposentadorias	267.487.062,31	277.031.547,88	3,57%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	119.785.506,12	129.039.359,56	7,73%
Aposentadorias por Invalidez	16.180.938,10	16.764.915,42	3,61%
Pensão por Morte	103.604.568,02	112.274.444,14	8,37%
<b>Benefícios a Conceder</b>	-	-	-
<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>46.545.423,72</b>	<b>(24.373.595,63)</b>	<b>-152,37%</b>
Reserva de Contingência	46.545.423,72	-	-100,00%
(-) Déficit Técnico	-	(24.373.595,63)	-
<b>Fundos</b>	<b>17.919.277,22</b>	<b>24.076.887,08</b>	<b>34,36%</b>
<b>Fundos Previdenciais</b>	<b>17.136.761,85</b>	<b>22.881.480,21</b>	<b>33,52%</b>
Previsto em NTA - Cobertura de Oscilação de Riscos	17.136.761,85	22.881.480,21	33,52%
Fundos Administrativos	782.515,37	1.195.406,87	52,76%

## 8. DO CUSTEIO DO PLANO PARA O PERÍODO DE 01/04/2014 A 31/03/2015.

As contribuições deverão ser efetuadas 13 (treze) vezes no ano, isto é, com pagamento em dobro no mês de dezembro.



## 8.1. Patrocinadoras

### 8.1.1. Para os Benefícios de prestação continuada já concedidos (Aposentadorias e Pensões):

Nada contribuem. Os benefícios já concedidos serão custeados mensalmente pelo rendimento financeiro e exaustão dos recursos garantidores, que dá cobertura à Provisão Matemática de Benefícios Concedidos. A Provisão Matemática do benefício de Aposentadoria do Pré-Funepp já contempla a reversão do benefício em Pensão por Morte.

### 8.1.12. Para os Benefícios de Riscos:

Contribuição Normal mensal de valor igual a 1,15% sobre o Salário-Base (SB) de cada Participante a elas vinculado pelo contrato de trabalho.

A taxa é resultante do estudo elaborado pela Teoria Coletiva do Risco para a determinação do custo dos benefícios, cujos eventos devem ocorrer no decurso da vigência deste plano de custeio, que resultou nos valores conforme segue:

Benefício	% sobre SB	Contribuição Anual (em Reais)
Aposentadoria por Invalidez (*)	0,20%	1.589.970,68
Pensão por Morte (*)	0,84%	6.677.876,84
Auxílio-Doença	0,10%	794.985,34
Pecúlio por Morte	0,01%	79.498,53
<b>TOTAL</b>	<b>1,15%</b>	<b>9.142.331,39</b>

(\*) Valor para a formação das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, que irão custear os benefícios iniciados no decurso do ano de vigência do custeio até a sua total extinção.

Total dos Salários-Base (SB) utilizado na determinação do custeio: **R\$ 61.152.718,32**, que representa o Total do Salário-Base (SB) dos 17.862 Participantes vinculados às Patrocinadoras pelo contrato de trabalho, existentes em 30/09/2013 neste Plano Fundamental.

## 8.2. Participantes e Dependentes

Nada contribuem.

## 8.3. Autopatrocinados

Contribuição Normal mensal de valor equivalente ao percentual atuarialmente determinado, em função do risco individual, incidente sobre o Salário-Base (SB), conforme a seguinte tabela:

SALÁRIO-BASE (EM R\$)	Idade do Participante (em anos completos)					
	Até 30	31 a 40	41 a 50	51 a 55	56 a 60	+ de 60
Até 1.600,00	1,06%	1,17%	1,46%	1,75%	2,33%	3,27%
De 1.600,01 a 2.000,00	1,09%	1,21%	1,50%	1,80%	2,40%	3,36%
De 2.000,01 a 2.400,00	1,11%	1,23%	1,53%	1,83%	2,45%	3,42%
De 2.400,01 a 2.800,00	1,12%	1,24%	1,55%	1,86%	2,48%	3,47%
De 2.800,01 a 3.400,00	3,70%	4,10%	5,10%	6,12%	8,16%	11,42%
De 3.400,01 a 4.000,00	6,05%	6,70%	8,33%	10,00%	13,34%	18,67%
De 4.000,01 a 5.000,00	7,93%	8,79%	10,93%	13,12%	17,50%	24,49%
De 5.000,01 a 6.000,00	9,55%	10,59%	13,16%	15,80%	21,08%	29,50%
De 6.000,01 a 7.000,00	10,61%	11,76%	14,61%	17,54%	23,40%	32,75%
De 7.000,01 a 8.000,00	11,35%	12,58%	15,64%	18,78%	25,05%	35,05%
De 8.000,01 a 10.000,00	11,44%	12,68%	15,76%	18,92%	25,24%	35,32%
De 10.000,01 a 12.000,00	12,01%	13,31%	16,55%	19,87%	26,50%	37,09%
Acima de 12.000,00	12,20%	13,52%	16,80%	20,17%	26,91%	37,66%

O enquadramento na tabela acima deverá ser feito pela idade e Salário-Base do Participante na data da opção como Autopatrocinado e vigorará para o ano em curso. A cada ano, em 31 de dezembro, far-se-á um novo enquadramento pela idade e Salário-Base para vigorar no exercício seguinte.

## 8.4. Assistidos

Nada contribuem.

## 8.5. Pensionistas Assistidos

Nada contribuem.

## 8.6. Despesas Administrativas

### 8.6.1. Participantes

Nada contribuem.

### 8.6.2. Assistidos e Pensionistas

Nada contribuem.

### 8.6.3. Autopatrocinados

3,5% sobre a contribuição efetuada conforme estabelecido no subitem 8.3.

### 8.6.4. Patrocinadoras

Contribuição mensal de valor igual a 0,15% sobre o Salário-Base (SB) de cada Participante a elas vinculado pelo contrato de trabalho.

## 8.7. Utilização do Fundo de Reversão de Saldo por exigência regulamentar:

A estrutura do plano não contempla o Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar.

## 8.8. Utilização de destinação de Reserva Especial – Patrocinadora, Participantes e Assistidos.

O plano não possui Reserva Especial.

## 9. PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

### 9.1. Evolução dos Custos do exercício seguinte em relação ao exercício anterior

O custo se manteve estável em relação ao exercício anterior.

### 9.2. Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado, em relação aos valores da avaliação anterior

A variação ocorrida na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos não supera o reajuste monetário dos benefícios, dado que a Provisão Matemática constituída para a concessão do benefício dos novos inválidos e pensionistas, ocorrida dentro do esperado, foi inferior à Provisão Matemática referente aos cancelamentos de benefícios, em razão da morte de Assistidos e Pensionistas da categoria Pré-Funepp e Extinto Plano Básico.

### 9.3. Principais Riscos Atuariais a que considera que o grupo de custeio está exposto, apresentando possíveis medidas para sua mitigação.

O grupo de custeio está exposto aos riscos de aumento da sobrevida, bem como de eventual rendimento dos investimentos inferior à meta atuarial. Todavia, está constituído um Fundo Previdencial, na rubrica Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial, a título de Cobertura de Oscilação de Riscos, especificamente para estas finalidades.

### 9.4. Soluções para restabelecer a insuficiência de cobertura dos grupos de custeio nos quais for constatada sua

## **insuficiência**

A insuficiência patrimonial de R\$ 24.373.595,63 em 31/12/2013 foi conjuntural, decorrente da piora do cenário econômico interno, o que gerou uma deterioração da rentabilidade da renda variável e também da renda fixa. Conforme estabelecido na Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 13, de 04/11/2013, o Conselho Deliberativo optou pela manutenção do Déficit Técnico em seus demonstrativos financeiros. A reavaliação do déficit será realizada em 31/12/2014.

### **10. PARECER ATUARIAL DO PLANO**

#### **10.1. Qualidade da base cadastral**

Os cadastros foram submetidos a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e de valores, apresentando-se consistentes em relação ao cadastro do exercício anterior.

#### **10.2. Constituição dos Fundos Previdenciais**

Em razão do regime financeiro adotado, está constituído o Fundo Previdencial de Cobertura de Oscilação de Riscos formado pelas contribuições normais mensais efetuadas pelas Patrocinadoras e Autopatrocinaados e não consumidas pelos riscos decorridos.

O valor existente em 31/12/2012 foi creditado pelas contribuições mensais efetuadas pelas Patrocinadoras e Autopatrocinaados no exercício de 2013. Foi debitado no mês da concessão do benefício de invalidez e/ou morte do Participante pelo valor da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, constituída para a garantia do benefício de Suplementação da Aposentadoria por Invalidez e/

ou da Suplementação da Pensão por Morte e pelos pagamentos efetuados a título de Auxílio-Doença e Pecúlio por Morte, apresentando em 31/12/2013 um saldo no valor de R\$ 22.881.480,21.

Tem por finalidade específica suportar possíveis desvios probabilísticos na ocorrência dos eventos morte e invalidez, em relação ao estimado na avaliação atuarial, bem como para eventual rendimento inferior à meta atuarial exigida nos benefícios concedidos e para possíveis aumentos na sobrevida dos Assistidos Inválidos e Pensionistas.

#### **10.3. Variação do Resultado Superavitário ou Deficitário no exercício encerrado, apontando causas mais prováveis**

No exercício de 2013 houve uma perda patrimonial de aproximadamente 63 milhões de reais. O resultado negativo decorreu em grande parte pela oscilação da taxa de juros dos títulos públicos federais. Os títulos presentes na carteira de investimento estão marcados a mercado, assim o prazo até o de vencimento do título gera impacto positivo ou negativo pela oscilação dos juros no cálculo do valor presente.

#### **10.4. Natureza do resultado Conjuntural ou Estrutural**

Conjuntural.

#### **10.5. Soluções para o equacionamento de Déficit Técnico**

O Déficit Técnico representa 6% das Provisões Matemáticas. De acordo com a Resolução CNPC nº 13, de 04/11/2013, que alterou o Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, como o déficit técnico apurado é inferior a dez por cento das provisões matemáticas, a Entidade, observadas

as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial das causas do déficit técnico, deverá elaborar um plano de equacionamento do déficit até o final do exercício subsequente ao da apuração do terceiro resultado deficitário anual consecutivo. A reavaliação do déficit será realizada em 31/12/2014.

### **10.6. Adequação dos métodos de financiamento**

O método de financiamento está perfeitamente adequado, o qual pode ser observado pela estabilidade das taxas de custeio.

### **10.7. Aderência da Taxa Real Anual de Juros**

A Entidade promoveu estudo técnico que comprova a aderência da hipótese de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e pagamento de benefícios. O estudo resultou na taxa real anual de juros de 5,75%, que está sendo utilizada nesta Avaliação Atuarial, estando disponível para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

### **10.8. Aderência da Tábua biométrica**

A Entidade promoveu estudo técnico para comprovar a aderência entre o comportamento demográfico da massa de participantes e assistidos vinculados ao plano e a tábua biométrica utilizada. O estudo está disponível para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

## **11. FATO RELEVANTE**

Em 01/03/2013 a Entidade protocolou junto à PREVIC o processo de criação de novo plano

de benefícios, sob Nº de Comando Protocolo PREVIC/362507799/2013, denominado PLANO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA II - PAP II.

O PAP II é instituído sob a modalidade de Contribuição Variável, onde o valor da renda mensal corresponderá a um percentual definido pelo Participante, incidente sobre o saldo de conta.

O novo plano será oferecido como alternativa aos atuais Participantes e Assistidos do Plano de Aposentadoria Programada – PAP e aos Assistidos do Plano Fundamental, mediante regular processo de migração, marcado pela voluntariedade.

Os Assistidos deste Plano Fundamental que desejarem migrar terão suas reservas matemáticas calculadas atuarialmente transferidas para o PAP II, e doravante servirão de base de cálculo da renda mensal financeira.

---

**SÃO PAULO, 12 DE MARÇO DE 2014.**

**Magda Tsuê Massimoto Ardisson**

Atuário – MTPS GB - 462

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA  
ATUARIAL S/S LTDA.

**PARECER DO  
CONSELHO  
FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Nestlé de Previdência Privada FUNEPP, no cumprimento de suas obrigações estatutárias que lhe são conferidas e em atendimento ao disposto no item 17 do Anexo "C" da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, reuniram-se nesta data, na sede da patrocinadora para apreciar os negócios e as operações financeiras e contábeis do exercício de 2013, bem como os atos e as contas apresentados pela Diretoria Executiva, por meio do Balanço Patrimonial, das Demonstrações Contábeis, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes **KPMG Auditores Independentes** e do Parecer emitido por este Conselho em 10/02/2014 acerca dos resultados da Avaliação Atuarial do referido Plano em 2013. Após análise dos referidos documentos, o Conselho Fiscal constatou que as contas apresentam-se corretas e em conformidade com o disposto nas normas contábeis e financeiras exigidas pela legislação vigente aplicável as entidade fechadas de previdência complementar assim como refletem adequadamente as alterações atuariais aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 18/03/2014. Desta forma, divulgam parecer favorável às informações constantes das Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao exercício social findo em 31/12/2013, que refletem as atividades da entidade no referido exercício.

**São Paulo, 27 de Março de 2014.**

#### **MEMBROS DO CONSELHO FISCAL:**

---

**LILIANE SAIANE**

Presidente da Reunião

**RICARDO PEREIRA**

Membro do Conselho Fiscal

**LUIZ AUGUSTO CRIADO**

Representante dos Assistidos

**FLÁVIO RANIERI ORTIGOSA**

Representante dos Participantes

**ATA DA REUNIÃO**  
**DO CONSELHO**  
**DELIBERATIVO**



Às 11hs horas do dia 28 de março de 2014, reuniram-se em sua sede à Av. Dr. Chucri Zaidan, 246, nesta cidade de São Paulo, a maioria dos membros do Conselho Deliberativo da Fundação Nestlé de Previdência Privada. O Sr. Martin Huber assumiu a direção da mesa, agradecendo a presença de todos e convidou o Sr. José Flávio Arouche De Souza para secretariar os trabalhos. Composta a mesa, o Presidente declarou instalada a reunião que teve por finalidade deliberar sobre os **Resultados das Demonstrações Financeiras de 2013.**

O Sr. Presidente esclareceu que a presente reunião tinha por objeto discutir e aprovar, com base nos documentos apresentados pela Diretoria-Executiva, as Demonstrações Consolidadas relativas ao ano de 2013. O Sr. Presidente salientou que as referidas demonstrações foram elaboradas conforme Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e Resolução CNPC nº. 12, de 19 de agosto de 2013 e que abrange os seguintes documentos i) Balanços patrimoniais consolidados; ii) Demonstração da mutação do patrimônio social; iii) Demonstração da mutação do ativo líquido; iv) Demonstração do ativo líquido; v) Demonstração do plano de gestão administrativa; vi) Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios; vii) Notas explicativas às demonstrações contábeis e; viii) Relatório da Auditoria Independente emitido pela KPMG e parecer favorável do Conselho Fiscal.

Após análise dos documentos apresentados pela Diretoria Executiva e ampla discussão pelos membros presentes, foram aprovadas, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao exercício de 2013. Por fim, o Sr. Presidente solicitou que a Diretoria-executiva encaminhe as referidas demonstrações

à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC até 31/03/2014 e proceda a sua divulgação na forma prevista na Resolução CGPC nr. Resolução CGPC nr. 23, de 6 de dezembro de 2006.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada e da mesma lavrada a presente Ata, que vai assinada pela maioria dos membros do Conselho Deliberativo.

## CONSELHO DELIBERATIVO

---

### **Martin Huber**

Membro do Conselho Deliberativo  
Presidente da Mesa

### **José Flávio Arouche De Souza**

Membro do Conselho Deliberativo  
Representante dos participantes e Secretário da mesa

### **Celio Vergilio Piccoli**

Membro do Conselho Deliberativo

### **João Batista Ferreira Dornellas**

Membro do Conselho Deliberativo e Representante dos Assistidos



**FUNEPP**

FUNDAÇÃO NESTLÉ DE PREVIDÊNCIA PRIVADA